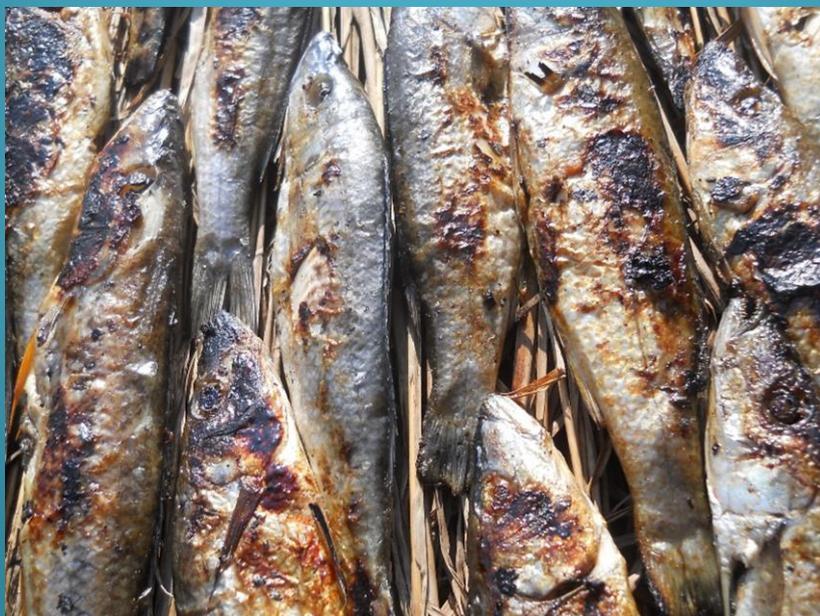


Constatações da Realidade em Moçambique

– Construindo uma melhor compreensão das dinâmicas da pobreza e bem-estar –

Ano Cinco, 2015

Sub-Relatório, Distrito do Lago



ORGUT

em cooperação com:

CMI CHR. MICHELSEN INSTITUTE **COWI**

As Constatações da Realidade em Moçambique são implementadas pela ORGUT Consulting (Suécia) em associação com a Cowi Mozambique e o Chr. Michelsen Institute, em nome da Embaixada da Suécia em Maputo.

As Constatações da Realidade são implementadas no período 2011-2016 e em cada ano o trabalho de campo é realizado no Município de Cuamba, no Distrito do Lago e no Distrito de Majune na Província do Niassa. Cada Constatação da Realidade foca um tema específico.

Este é o 5º Sub-Relatório do Distrito do Lago centrado-se nas expressões quantitativas das mudanças na pobreza e bem-estar e no papel das instituições públicas desde a 1ª Constatação da Realidade em 2011. Em cada ano é produzido um Relatório Anual para resumir os resultados e conclusões dos três sub-relatórios.

A equipa de campo para o Distrito do Lago é constituída por: Inge Tvedten (Chefe de Equipa), Nair Noronha, Barnabé José e Beatriz Putile.

A equipa gostaria de agradecer às Autoridades do Distrito do Lago e à população do Posto Administrativo de Meluluca pelo seu interesse positivo e pelas contribuições para o estudo.

Este documento foi financiado pela Embaixada da Suécia em Maputo. A Embaixada não partilha necessariamente os pontos de vista aqui expressos. O seu conteúdo é da inteira responsabilidade dos autores.

Fotografia da Capa: Inge Tvedten

ORGUT Consulting AB, 2016-03-30

ÍNDICE

Abreviaturas	4
1. INTRODUÇÃO	5
1.1 As Constatações da Realidade	5
1.2 Metodologias	6
1.3 Indicadores Sócio-Económicos	8
2. LAGO/MELULUCA 2015	11
2.1 O Distrito do Lago	11
2.2 Desenvolvimentos em Meluluca	13
2.3 Condições Sócio-Económicas	18
3. EXPRESSÕES QUANTITATIVAS DAS MUDANÇAS ENTRE 2011 e 2015	23
3.1 Composição do Agregado Familiar	26
3.2 Características Sócio-Culturais, de Educação e Saúde	27
3.3 Rendimento e Despesa	29
3.4 Migração e Dinâmicas da Família	33
3.5 Liderança Comunitária e Serviços Públicos	35
3.6 Desafios da Comunidade	39
3.7 Percepções de Mudança	40
4. CONCLUSÕES	43
4.1 Mudanças na Pobreza e Bem-Estar entre 2011 e 2015	43
Lista de Literatura	44

1. INTRODUÇÃO

A monitoria da pobreza em Moçambique tem lugar principalmente no quadro da implementação da Estratégia da Redução da Pobreza em Moçambique PARP/A (GdM 2005; 2011) e do Plano Quinquenal do Governo 2015-2019 (RdM 2015) e assenta em dados quantitativos derivados de diferentes tipos de estudos nacionais e estudos similares realizados por organizações de ajuda bilateral e multilateral (ver e.g. INE 2010, 2013; MPD 2010; Banco Mundial 2007; UNICEF 2014).

Todavia, pela sua natureza quantitativa, esses estudos não captam todas as dimensões da pobreza que são relevantes para o desenho de políticas e programas. Embora os dados quantitativos forneçam informação valiosa sobre o mapeamento e perfil da pobreza no espaço e no tempo, são necessários dados qualitativos para melhor compreender as dinâmicas da pobreza e as estratégias de sobrevivência dos pobres (ORGUT 2011a; Addison et al. 2009).

1.1 As Constatações da Realidade

Neste contexto, a Embaixada da Suécia em Maputo e a Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI) decidiram que há necessidade de avaliar ‘a partir da base’ o impacto das políticas de desenvolvimento e redução da pobreza e de consultar regularmente as populações locais para compreender os processos e relações locais.

No período 2011-2016 teve lugar uma série de cinco “Constatações da Realidade” centradas nas dinâmicas da pobreza e bem-estar, com um particular enfoque na boa governação, agricultura e sector privado/empreendedorismo, que são sectores chave na cooperação Sueca para o desenvolvimento com Moçambique. Cada constatação da Realidade é publicada na forma de um Relatório Principal e três sub-relatórios sobre cada um dos três locais de estudo seleccionados (ver ORGUT 2011a para mais detalhes).

Mais concretamente, espera-se que as “Constatações da Realidade” em Moçambique:

- i) Contribuam para a discussão pública entre os actores chave do desenvolvimento sobre a redução da pobreza, especialmente na província do Niassa;
- ii) Contribuam para uma melhor compreensão dos métodos qualitativos de monitoria da pobreza em Moçambique;
- iii) Forneçam à Suécia dados qualitativos relevantes sobre os desenvolvimentos e resultados da sua acção em Moçambique e apoiem a futura implementação do seu programa no Niassa.

Espera-se que as Constatações da Realidade realizem estes objectivos através do aumento do conhecimento sobre:

- i) A pobreza (dimensões não tangíveis da pobreza, como a vulnerabilidade e a impotência; percepções de pobreza das pessoas pobres; processos causais que sustentam as dinâmicas da pobreza: estratégias de luta/sobrevivência adoptadas por mulheres e homens que vivem na pobreza);
- ii) As relações com o poder local e com as instituições do estado (instituições formais [i.e. políticas, administrativas] que possibilitam ou refreiam as pessoas na execução das suas estratégias; instituições informais [i.e. culturais, sociais, familiares ou

baseadas no parentesco, etc.] que possibilitam ou refreiam as pessoas na execução das suas estratégias) e;

- iii) As políticas e serviços (acesso, uso e procura de serviços públicos, de acordo com as pessoas que vivem na pobreza; qualidade dos serviços públicos, de acordo com as pessoas que vivem na pobreza).

A série de estudos começou com um Relatório Inicial publicado em Agosto de 2011 (ORGUT 2011a). Por meio desse exercício, foi decidido que as Constatações da Realidade deviam basear-se no trabalho de campo em três Distritos/Municípios diferentes na Província do Niassa que mostram variações em termos de localização geográfica, acesso a serviços públicos e níveis de pobreza e bem-estar. As três áreas seleccionadas foram i) o Município de Cuamba, ii) o Distrito do Lago e iii) o Distrito de Majune (ver o Mapa 1).

A 1ª Constatação da Realidade foi realizada em 2011 na forma de três sub-relatórios (ORGUT 2011 b, c, d) e um Relatório Anual (ORGUT 2011 e) e representa uma linha de base para as subseqüentes Constatações da Realidade que foram efectuadas. Muita da informação fornecida no primeiro conjunto de relatórios não é repetida e estar familiarizado com os estudos de base facilitará a leitura dos relatórios subseqüentes. O segundo conjunto de relatórios foi produzido em 2012, com um enfoque temático na governação (ORGUT 2012 a-d), um terceiro em 2013 sobre agricultura e emprego (ORGUT 2013 a-d) e um quarto em 2014 sobre o sector privado/empreendedorismo (ORGUT 2014 a-d).

Este é o sub-relatório sobre o Lago relativo à 5ª Constatação da Realidade, que será complementado por sub-relatórios similares sobre Cuamba e Majune. O enfoque é sobre as expressões quantitativas de pobreza e bem-estar, baseado principalmente nos resultados do Estudo de Base de Constatação da Realidade feito em 2011 e do subseqüente Estudo Final de Constatação da Realidade feito em 2015. As principais lições dos três relatórios serão comparadas e analisadas no 5º Relatório Anual. A série completa de estudos de Constatação da Realidade, baseada em dados qualitativos e quantitativos, será resumida e analisada num Relatório Final acompanhado por um Relatório de Reflexão que avalia a metodologia e o processo, as lições aprendidas e recomendações para possíveis Constatações da Realidade futuras.

1.2 Metodologias

Metodologicamente, os estudos baseiam-se numa combinação de informação quantitativa existente, proveniente do Instituto Nacional de Estatística (INE) e das Autoridades Distritais; um Inquérito por Questionário nos três locais do projecto (em 2011 e 2015); entrevistas a informadores chave na capital provincial Lichinga e nos Distritos/Município seleccionados; um conjunto de metodologias qualitativas/participativas, incluindo a imersão em agregados familiares com diferentes situações sócio-económicas; e observação participante nas comunidades locais seleccionadas para trabalho de campo. As metodologias são descritas em detalhe num relatório separado, intitulado “Constatações da Realidade em Moçambique. Abordagem Analítica e Metodologias” (ORGUT 2011f), mas segue-se um breve resumo.

Dados quantitativos. Para o mapeamento da pobreza e bem-estar no Niassa, a equipa refere activamente os dados quantitativos existentes. Estes dados quantitativos incluem o Recenseamento Nacional de 2007 (INE 2009b); o Inquérito Nacional à Despesa dos

Agregados Familiares em 2008/09 e 2014/15 (INE 2010 e 2015); e outros estudos sectoriais mais específicos (ver a Lista de Literatura). Além dos conjuntos de dados nacionais, usamos dados quantitativos de estudos baseados localmente, com particular atenção para os dados produzidos pelos governos provincial, distrital e municipal, que formam a base dos seus planos de desenvolvimento – incluindo o Plano Provincial de Desenvolvimento Económico e Social, o Plano Económico e Social e Orçamento Distrital (PESOD) e a Avaliação do Plano Económico e Social Distrital (Balanço do PESOD).

Garantimos dados quantitativos adequados para mapear a pobreza e bem-estar e as relações das pessoas com os serviços públicos nos três locais de estudo através da realização de um Estudo de Base e um Estudo Final com um total de 360 agregados familiares (120 em cada local). O estudo foi feito duas vezes com as mesmas famílias como ‘painel de dados’, i.e. no início (2011) e no fim (2015) do período do projecto. Os estudos procuram combinar i) dados sócio-económicos clássicos sobre a composição dos agregados familiares, rendimento e despesa, níveis de educação, saúde e acesso a serviços públicos; ii) questões relacionadas com as *percepções* das pessoas sobre as condições no agregado familiar e na sua comunidade e iii) as *relações sociais* (com instituições públicas, projectos de ajuda, família, amigos, etc.) em que estão envolvidas. Neste relatório damos atenção específica aos dados do Estudo de Base e do Estudo Final sobre um amplo conjunto de questões sócio-económicas, a fim de determinar os desenvolvimentos na pobreza e bem-estar e a qualidade e relevância das instituições públicas ao longo do período de cinco anos entre os dois estudos.

Dados qualitativos. Para as dimensões política/institucional das Constatações da Realidade, contamos principalmente com i) entrevistas semi-estruturadas com os principais actores do desenvolvimento, incluindo o governo provincial, governo distrital/municipal, Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCCs), autoridades tradicionais e representantes do sector privado e ii) estudos de caso de programas e intervenções concretos, particularmente nas áreas de governação, agricultura e empreendedorismo. Complementamos também a metodologia antropológica clássica de ‘observação participante’ com um conjunto de metodologias participativas concretas que aplicamos em grupos focais e estudos de caso alargados ao nível de agregado familiar (ver ORGUT 2011 f). Os grupos são compostos por homens ou mulheres, novos ou velhos, ou uma mistura desses grupos, dependendo do tópico em causa.

As metodologias participativas usadas na 5ª Constatação da Realidade no Lago incluem o *Mapeamento Comunitário 2011-2015* (com o objectivo de mapear mudanças em instituições e indivíduos considerados muito importantes para a vida da comunidade); *Análise de Campo de Forças 2011-2015* (com o objectivo de captar percepções sobre as condições que podem inibir ou acelerar o tipo de mudança e desenvolvimento preferido pela comunidade); *Matriz de Problemas da Comunidade 2015* (identificando e classificando os problemas mais importantes que afectam a comunidade ou grandes grupos de pessoas na comunidade); e o *Diagrama de Venn 2011-2015* (identificando a acessibilidade aos recursos mais importantes [pessoas e serviços] na comunidade).

O plano destinou-se também à realização de entrevistas semi-estruturadas com instituições públicas em Metangula, capital do Distrito do Lago, a fim de obter o ponto de vista do governo local sobre os desenvolvimentos nos últimos cinco anos. Excepto no que respeita a uma entrevista com o Secretário Permanente da Administração Distrital, a nossa intenção foi dificultada por uma visita eminente do Presidente de Moçambique (recentemente eleito) que ocupou toda a atenção e tempo dos funcionários públicos. No Posto Administrativo de Meluluca, que é o ponto focal dos estudos do Lago, foram feitas entrevistas construtivas, como habitualmente, com o Chefe do Posto Administrativo.

Agregados Familiares Focais. O exercício de classificação da prosperidade feito em 2011 constitui a base da nossa identificação dos *Agregados Familiares Focais*. As comunidades no Lago distinguem entre quatro níveis de pobreza ou ‘pessoas pobres’ e três níveis de bem-estar ou pessoas ‘em melhor situação’ – cada nível com as suas próprias dinâmicas e posição nas comunidades (Orgut 2011 b). No total foram seleccionados sete Agregados Familiares Focais destas categorias e em cada ano são visitados e entrevistados em profundidade, com enfoque nas mudanças nas suas relações sociais com a família alargada, vizinhos e amigos, organizações comunitárias e instituições do estado, bem como nas mudanças na sua posição sócio-económica.

1.3 Indicadores Sócio-Económicos

Para terminar estas breves notas introdutórias, apresentamos abaixo um conjunto dos principais dados económicos e sociais, uma visão geral do orçamento e da despesa e as principais declarações de política do desenvolvimento, conforme aparecem em publicações oficiais da Administração Distrital do Lago e do Instituto Nacional de Estatística. A Tabela 1 e a Tabela 2 são actualizadas todos os anos das Constatações da Realidade, com o objectivo de dar o rumo dos desenvolvimentos gerais no Distrito. A Tabela 3 será actualizada no Relatório Final quando, esperamos, os dados do novo Inquérito Nacional aos Agregados Familiares estiverem disponíveis.

Tabela 1: *Indicadores Sócio-Económicos – Distrito do Lago*

Indicador Económico	2010	2012	2014
Área em cultivo (ha)	23.828	33.392	37.993
Produção agrícola (1.000 kgs)	72.740	82.870	93.721
Extensionistas agrícolas	0	6	6
Cabeças de animais domésticos	9.760	14.292	19.018
Produção de carne (kgs)	1.010	8.147	7.732
Nº de indústrias de pequena escala	n.a	177	66
Nº de estabelecimentos comerciais	n.a	n.a	311
Reflorestamento (em Ha)	6.050	n.a.	n.a.
Número de turistas	8.000	2.060	3.123
Produção de peixe (1.000 kgs)	4.780	6.974	10.742
Energia (número de clientes)	1.156	2.163	n.a.
Energia (clientes desligados)	497	194	n.a.
INAS (número de beneficiários)	682	1.388	1.867

Fontes: GdN/DdL 2011, 2013, 2015

Tabela 2: Orçamento e Despesa – Distrito do Lago

Indicador Económico	2010	2012	2014
Receita gerada pelo próprio (Mt)	20.530	28.139	29.742
Despesa com salários/serviços (1.000 Mt)	3.129	3.229	10.065
Investimentos em infra-estruturas (1.000 Mt)	n.a	7.709	8.874
Nº de funcionários públicos na folha de salários	684	829	1060
Nº de autoridades tradicionais na folha de salários	227	233	303
Fundo de Desenvolvimento Distrital (Nº de projectos)	117	n.a.	123
Fundo de Desenvolvimento Distrital (1.000 Mt)	7.666	8.897	9.164
Fundo de Desenvolvimento Distrital (Reembolsado, Mt)	207.860	n.a.	179.975
Fundo de Desenvolvimento Distrital (Nº de beneficiários)	585	n.a.	610

Fontes: GdN/DdL 2011, 2013, 2015

Tabela 3: Indicadores Sociais – Distrito do Lago (Percentagem)

Indicadores Sociais	2007	2015
População (est. 2012)	83.099	n.a.
Proporção de AFCMs	35,1	n.a.
Frequência da escola primária	65,01	n.a.
Casas com tecto sólido	1,18	n.a.
Electricidade em casa	4,38	n.a.
Telefone celular	0,97	n.a.
Posse de bicicleta	29,8	n.a.

Fonte: INE 2009

Citamos também abaixo o que o Distrito do Lago vê como principais desafios para o desenvolvimento e redução da pobreza nos anos 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 conforme aparece no Plano de Desenvolvimento Social e Económico (Caixas 1 a 5). Como se pode ver, os objectivos de desenvolvimento são em grande parte os mesmos, embora haja algumas mudanças de prioridades de ano para ano.

Caixa 1: Objectivos de Desenvolvimento do Governo do Distrito do Lago para 2011

“O enfoque principal do Governo do Distrito do Lago para 2011 é dar prioridade ao crescimento económico, que será reflectido no bem-estar da população, [e] este desenvolvimento será fundamental para minimizar a desigualdade entre as comunidades. O Governo continuará [também] a implementar a Reforma do Sector Público, com ênfase no bem-estar da população e na mudança de atitude e comportamento dos funcionários públicos e consequentemente numa melhoria da qualidade de serviços oferecida aos habitantes [tudo] para garantir uma administração pública que seja transparente, eficiente e responsável”.

Caixa 2: *Objectivos de Desenvolvimento do Governo do Distrito do Lago para 2012*

“O enfoque principal do Governo do Distrito do Lago para 2012 é dar prioridade ao crescimento económico, que será reflectido no bem-estar da população, [e] este desenvolvimento será fundamental para minimizar a desigualdade entre as comunidades. O Governo continuará [também] a implementar a Reforma do Sector Público, com ênfase no bem-estar da população e na mudança de atitude e comportamento dos funcionários públicos e consequentemente numa melhoria da qualidade dos serviços oferecidos aos habitantes [tudo] a fim de assegurar uma administração pública que seja transparente, eficiente e responsável, através da disponibilização de competências melhoradas e mais formação; aumento da colecta de receitas e da contribuição para o orçamento do estado do Distrito”.

Caixa 3. *Objectivos de Desenvolvimento do Governo do Distrito do Lago para 2013*

“O enfoque principal do Governo do Distrito do Lago para 2013 é cumprir as suas promessas de executar o Plano Estratégico do Distrito do Lago, cujos objectivos se centram na redução da pobreza no seio da população do Distrito através do apoio do Fundo de Desenvolvimento Distrital – FDD (7 Milhões). Além disso, a grande aposta do Governo do Distrito do Lago para 2013 é criar indicadores do crescimento económico que reflectam o bem-estar da população e fazer do desenvolvimento rural a via principal para a redução da pobreza nas comunidades. Por outras palavras, o Governo assume a responsabilidade de continuar a Reforma do Sector Público, aumentar o rendimento, contribuir para o uso racional do Orçamento do Estado do Distrito e melhorar as infra-estruturas”.

Caixa 4. *Objectivos de Desenvolvimento do Governo do Distrito do Lago para 2014.*

“Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população em 60% (sic!), através do acesso e utilização de serviços sociais básicos a todos os níveis; e galvanizar os mecanismos institucionais para promover a boa governação com o objectivo de assegurar o crescimento sócio-económico e a sustentabilidade cultural no distrito.”

Caixa 5. *Objectivos de Desenvolvimento do Governo do Distrito do Lago para 2015.*

“Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população em 60% (sic!), através do acesso e utilização de serviços sociais básicos a todos os níveis; e galvanizar os mecanismos institucionais para promover a boa governação com o objectivo de assegurar o crescimento sócio-económico e a sustentabilidade cultural no distrito.”

2. LAGO/MELULUCA 2015

2.1 O Distrito do Lago

Deixando Lichinga, a capital provincial do Niassa, para Lago/Metangula no princípio de Outubro de 2015 – i.e. um ano depois da nossa última visita – há poucos sinais palpáveis de mudança excepto um número crescente de casas e mercados informais ao longo da estrada. Muitas das casas têm compridos postes com *capulanas* amarradas, sinalizando que uma criança está a fazer ritos de iniciação e lembrando-nos que o Niassa é uma província onde a tradição e a religião são fortes. Perlo meio há também bandeiras dos partidos políticos Frelimo, Renamo e MDM, o que se tornou crescentemente comum e pode ser visto como um sinal de um espaço político mais vasto. Estamos também a passar por grandes áreas florestais plantadas com eucaliptos, que têm crescido a cada ano que passamos por elas. Originalmente detidas e geridas pela empresa Sueca Chikwete, a falência da empresa em 2014 e a sua subsequente venda à empresa Norueguesa Green Resources é um sinal de que o investimento no Niassa é complicado. A Chikwete é vista como tendo subestimado a importância e a complexidade das relações com as comunidades, assim como os custos de fazer negócio numa província com fraco ambiente de negócios e infra-estrutura.

Aproximando-nos do Lago e de Metangula, a mudança mais visível é ainda o número crescente de casas novas e melhoradas, feitas de blocos de cimento com telhados de zinco. Abriram algumas lojas novas, incluindo lojas que vendem produtos não alimentares como utensílios eléctricos e material de pesca; duas novas instalações turísticas/restaurantes estão na fase de construção no centro da cidade; e está a ser construído um grande armazém próximo do principal mercado informal. Avançando, a

Ilustração 1: Metangula



Fotografia de: Inge Tvedten

estrada principal que vai do centro da cidade para a Vila está a ser alargada e asfaltada em todo o percurso para a residência do Administrador Distrital. A mudança talvez mais significativa está no novo (e primeiro) banco no Lago/Metangula, localizado na Vila, que tornou a vida mais fácil para os empregados do sector público e privado que já não precisam de fazer todo o caminho até Lichinga para depositar ou levantar dinheiro. Entre outras mudanças está que o novo barco “Tchambo” – o orgulho das autoridades do Distrito e que transporta pessoas e mercadorias para e do Malawi – recorreu a carregar e descarregar no mar, dado que as novas instalações do porto, de 2014, revelaram ser de muito fraca qualidade. Além disso, alguns dos negócios que foram o centro da atenção durante a Constatação da Realidade de 2014 (ORGUT 2014 a) deixaram de existir – um porque o dono faleceu e não tinha ninguém para o continuar e outro porque, com a crescentemente feroz competição em Metangula, não conseguiu atrair clientes suficientes.

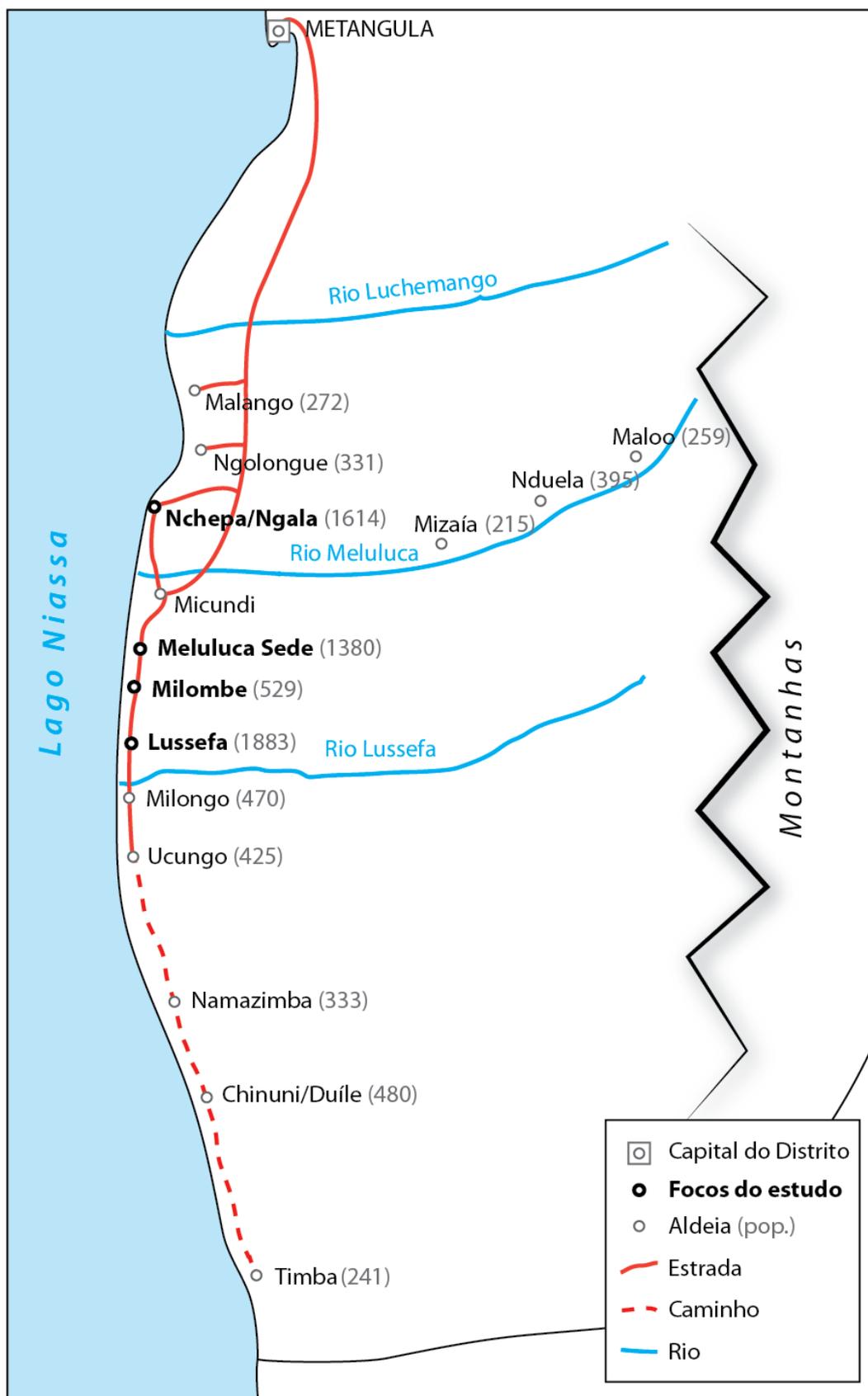
Aproximando-nos das Autoridades do Distrito para tornar conhecida a nossa presença e realizar as costumadas entrevistas com chefes dos serviços do sector público, fomos bem recebidos como sempre mas depressa constatámos que tínhamos vindo numa altura inconveniente. Esperava-se que o Presidente de Moçambique chegasse duas semanas depois do nosso aparecimento e praticamente toda a administração pública estava paralisada, o que significou que só conseguimos fazer algumas das entrevistas planeadas. Com os chefes dos serviços públicos indisponíveis é praticamente impossível realizar entrevistas com outro pessoal de nível inferior. Com base nessas conversas e no material escrito relevante, as tendências gerais do desenvolvimento no Distrito reportadas em anteriores Constatações da Realidade ainda parecem válidas (ver as Tabelas 1 e 2).

O número de empregados do sector público continua a crescer, com muitos a receber mais formação; há pequenos aumentos na produção agrícola, pecuária e da pesca (embora continue a não ser claro como chegaram aos números exactos que nos foram dados); o número de estabelecimentos comerciais (principalmente *barracas*) aumentou, enquanto o número de indústrias de pequena escala está a baixar; o número de autoridades tradicionais reconhecidas aumentou ligeiramente, enquanto o número de secretários de bairro reconhecidos aumentou mais (em ambos os casos com muito pouca representação feminina); o número de crimes reportados é ainda muito baixo e o número de casos reportados de violência doméstica diminuiu ligeiramente; o número de escolas primárias (até à 7ª classe) permaneceu estável; e na saúde a malária continua a ser o principal problema, que se traduz no maior número de mortes no Distrito – para mencionar alguns dos desenvolvimentos entre 2013 e 2014 (GdN/Lago 2015).

No entanto, a principal ‘conversa na cidade’ durante a nossa estadia em Metangula versava as chuvas devastadoras no período inicial da época agrícola 2014/2015, que arrastaram as culturas e afectaram toda a gente – directamente pela perda da produção ou indirectamente pelo aumento dos preços dos produtos agrícolas/alimentos.

Mapa 2: Posto Administrativo de Meluluca, Distrito do Lago

Mapa Meluluca



2.2 Desenvolvimentos em Meluluca

A estrada de Metangula para Meluluca continua esburacada e às curvas (ver o Mapa 2), mas viu claros melhoramentos desde o último ano com novas pontes e aquedutos. Na aldeia de Ngolongue, fora da estrada principal, onde está situado o estabelecimento turístico Mbuna Bay Lodge com dez casas de hóspedes, um restaurante e 24 empregados locais, o dono começou a fazer construções para uma pequena empresa que produz manga seca para o mercado internacional (www.globalfarmersmarket.org). Se tiver sucesso,¹ isto confirmará a estância turística como o maior negócio privado da área. A nova aldeia ao longo da estrada, habitada por pessoas que em 2013/14 decidiram deixar a aldeia Maloo, no interior, cresceu para 25 agregados familiares e tomou o nome de Gaza. A ponte sobre o Rio Meluluca, que no ano passado viu um terrível acidente em que morreram 16 pessoas, também foi melhorada. Entrando em Meluluca, nota-se um claro aumento do número de casas, bem como de *barracas* e *banças* – muitas das quais têm agora luz proveniente de painéis solares. Há também um discernível aumento do número de barcos de pesca com motor, o que indica que a pesca está a ir bem. Por último, duas grandes vivendas privadas novas pintadas de branco, com um grande muro à volta (uma das quais, de acordo com rumores locais, será transformada na primeira hospedaria da aldeia) são as primeiras do seu tipo em Meluluca.

Olhando mais explicitamente para factos e números (P.A. Meluluca 2014, 2015), Meluluca continua a ser um lugar dinâmico com mudanças consideráveis. Anteriormente atribuímos isso à construção em 2008 da estrada entre Meluluca e Metangula, que teve implicações particularmente fortes, especialmente no desenvolvimento do sector pesqueiro. A abertura de mercados para o peixe (especialmente a sardinha *uusipa*), tanto no Distrito como no centro da Província, deu um impulso à pesca artesanal, que passou de 8 barcos motorizados em 2006 para 35 em 2011 e 93 em 2015. Isto, por sua vez, resultou no aumento do número de estabelecimentos comerciais e é a base de uma crescente circulação de dinheiro, que é visível por toda a parte – embora, como realçado ao longo da série de Constatações da Realidade, nem toda a gente estivesse em posição de participar neste desenvolvimento.

Atribuímos também as mudanças mais recentes (2013-2015) à chegada de um muito competente Chefe do Posto Administrativo, sublinhando a importância de pessoal qualificado na ponta mais periférica do aparelho de estado, onde o Estado está em contacto directo com as populações locais. Em grande parte com base nas iniciativas do Chefe do Posto e na sua comunicação activa com o Conselho Consultivo, o ano passado assistiu a várias melhorias em Meluluca financiadas pelo governo, incluindo a reabilitação de estradas, construção de pequenas pontes sobre os rios, pontos de água e modernização do posto de saúde e das escolas. Houve também iniciativas locais/da comunidade baseadas no seu próprio trabalho, como os melhoramentos nas escolas do 1º grau precárias nas aldeias mais pequenas e a construção da Praça dos Heróis perto do novo Posto Administrativo. No ano anterior a polícia (PRM) também se estabeleceu em Meluluca, com três funcionários.

¹ O estabelecimento parece lutar contra a interpretação pelas Autoridades Distritais das leis e regulamentos relevantes, colocando o que parecem ser obstáculos exagerados no caminho de iniciativas que podem ter efeitos positivos de amplo alcance na área.

Dos postos de saúde de Meluluca, um foi reabilitado com pintura, portas novas, camas novas e um novo sistema de painel solar.² De acordo com a enfermeira chefe, as doenças mais comuns na área são ainda a malária e a diarreia mas, como referiremos mais abaixo, a cólera deixou uma marca na comunidade na primeira metade de 2015. A enfermaria da maternidade começou a cooperar com as parteiras tradicionais e viu um aumento do número de nascimentos assistidos, de 536 nos primeiros nove meses de 2014 para 813 no mesmo período de 2015. Finalmente, no que respeita ao HIV-SIDA, estima-se que 2,1% da população adulta esteja infectada, partindo de uma situação de nenhum caso registado em 2013.

O Posto Administrativo tem um total de 14 escolas primárias, das quais duas são completas (da 1ª à 7ª classe), e um total de 56 professores, dos quais 14 são mulheres. Dos 3.690 estudantes (1.791 raparigas) que iam à escola no início do ano escolar de 2014/2015, 14% dos rapazes e 20% das raparigas tinham, no fim do ano, abandonado a escola (comunicação pessoal do Chefe da Escola do Distrito). A direcção da escola reconhece que a qualidade do ensino sofre particularmente com o uso do Português como língua principal de ensino, por ser falado por muito poucos alunos quando começam a estudar. As escolas também têm visto melhorias, tanto ao nível de escolas comunitárias/ de bairro (da 1ª à 3ª classe) como na aldeia central (da 1ª à 7ª classe), sendo a diferença mais visível que as secretárias e cadeiras se tornaram mais comuns nas salas de aula.

Ilustração 2: Carpinteiros



Fotografia de: Inge Tvedten

Os sinais mais perceptíveis de melhorias materiais aos níveis de agregado familiar/individual são a omnipresente construção/melhoramento das casas, o crescente número de estabelecimentos comerciais (*barracas*), um mercado de aldeia com uma crescente variedade de produtos, o surto de painéis solares privados e o facto de os telemóveis – que não se viam durante a nossa visita em 2011 – serem agora aparentemente possuídos e usados por toda a gente. Ao mesmo tempo, as pessoas argumentam que o crime se tornou mais um problema “porque há mais coisas para roubar”. O Chefe do Posto usa a expressão ‘onda de criminalidade’, embora esta não esteja realmente reflectida nas suas próprias estatísticas, onde em 2014, numa população de aproximadamente 18.000 pessoas, houve seis casos de ofensas corporais, um caso de furto qualificado, três casos de roubos a desconhecidos, dois casos de afogamento e um caso de naufrágio causado por hipopótamo – o que indica que muitos casos são tratados pelas autoridades tradicionais e famílias alargadas, incluindo casos de violência doméstica que são frequentemente discutidos na comunidade.

² O outro, em Nkhlongue, foi originalmente construído pelo dono do estabelecimento turístico da aldeia, mas o Distrito/Governo assumiu a responsabilidade e paga a enfermeira que lá trabalha.

O Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), detalhadamente discutido em alguns dos nossos relatórios anteriores, continua a ser de longe a base mais importante das actividades económicas/empreendedorismo em Meluluca. Apesar dos seus muitos defeitos, incluindo processos duvidosos de selecção de beneficiários, investimentos em desacordo com os planos de negócio originais e uma taxa muito baixa de pagamentos de devolução, há poucas dúvidas de que o Fundo tem sido essencial para o tipo de desenvolvimento económico que Meluluca tem conhecido. O total de 9.099.385 Mt (ou 207.000 USD usando a taxa de câmbio de Novembro de 2015) que foi despendido entre 2007 e 2014 constitui uma injeção considerável de dinheiro numa comunidade como Meluluca (Tabela 4). As 27 alocações para 2015 (de um total de 58 candidaturas originais) deram uma ênfase especial à remota localidade de Timba, que recebeu 12 das alocações (ver o Mapa 2). 18 das alocações foram concedidas a actividades produtivas (agricultura e pesca) e as restantes 9 a actividades comerciais (principalmente *barracas* e moinhos).

Tabela 4: Alocações através do Fundo de Desenvolvimento Distrital em Meluluca entre 2007 e 2014

Ano	Financiamento (Mt)	Reembolsado (Mt)
2007	860.200	46.900
2008	1.148.210	294.765
2009	1,267.675	162.090
2010	1.328.400	86.776
2011	1.200.000	109.625
2012	1.610.600	80.531
2013	1.190.000	59.500
2014	1.268.300	56.050

Fonte: P.A. Meluluca (2015).

De acordo com o chefe do Posto Administrativo de Meluluca, as principais prioridades para o desenvolvimento de Meluluca no próximo ano são i) uma sucursal local da escola secundária de Metangula, tornando possível que mais alunos continuem os seus estudos ou (uma nova proposta) o ensino profissional de pesca; ii) a construção de uma estrada para a localidade de Timba, a sul do posto administrativo, que actualmente não pode ser alcançada de carro; iii) um aumento do número de postos de água (bombas e poços), dado que os 10 postos em funcionamento é demasiado baixo e obriga as pessoas a usarem o Lago; iv) o fornecimento de energia/electricidade através de Cahora Bassa/linhas da rede eléctrica; v) a reabilitação das pontes sobre os rios Luchanga e Meluluca e v) o melhoramento da infra-estrutura (casas, escritórios) dos empregados do sector público.

Ilustração 3: Lago Niassa



Fotografia de: Residente local

Quando fomos ao encontro das pessoas e falámos com elas, descobrimos que apesar do progresso acima relatado, este ano tem sido difícil para Meluluca – demonstrando quão vulneráveis são até mesmo as ‘bem sucedidas’ comunidades como Meluluca. Durante o nosso trabalho de campo havia uma certa tensão na comunidade que anteriormente não tínhamos detectado. Verificou-se ser o resultado de uma combinação de condições naturais/ambientais, na forma de chuvas excessivas, doença endémica na forma de um surto de cólera e um medo genuíno de que a guerra volte à rua, no seguimento das incertezas relacionadas com os resultados das eleições nacionais de Novembro de 2014 e das notícias mais recentes do sul e centro de Moçambique de luta entre o governo/Frelimo e a Renamo.

A chuva caiu forte e brutal no início da época agrícola 2014/2015, arrastando culturas, principalmente nos campos próximos dos rios, e destruindo a colheita da primeira época, da qual depende a grande maioria dos agregados familiares para a sua subsistência. As pessoas tinham também acabado os produtos agrícolas armazenados do ano anterior, cuja época agrícola tinha ficado abaixo da média. Nesta situação o preço da farinha subiu consideravelmente, tendo as pessoas de pagar 220 Mt por uma lata de 20 litros de milho quando o preço normal era 150 Mt. As famílias que possuem terrenos em zonas baixas e usam a água das cheias têm uma segunda época para fazer crescer as culturas mas, como mostrado na 3ª Constatação da Realidade (ORGUT 2013a), são uma minoria. Nessa situação, a pesca torna-se ainda mais importante, todavia é também variável e só afecta directamente um número limitado de pessoas. Muitas pessoas usavam a palavra ‘fome’ para descrever a situação em Setembro/Outubro de 2015.

Conforme realçado em relatórios anteriores, a situação da saúde e a qualidade do posto de saúde local são uma fonte constante de preocupação para a população de Meluluca. As pessoas argumentavam que o hospital está sujo, que há falta de medicamentos e que o pessoal da saúde não leva a sério a sua situação (daí resultando, por exemplo, uma grande taxa de absentismo). Queixam-se também que o hospital não está ainda suficientemente equipado para lidar com riscos de saúde graves, como a epidemia de cólera que irrompeu em Janeiro de 2015.³ De 630 consultas em Janeiro, o número subiu para 1.242 em Fevereiro e 1.013 em Março, antes de voltar ao normal com 794 consultas em Abril de 2015. O hospital não conseguiu tratar eficazmente mais do que uma pequena parte das pessoas que sofriam da doença e 19 delas – principalmente crianças – morreram. As pessoas receiam novos surtos e

Ilustração 4: Preparando-se para uma Visita Oficial



Fotografia de : Inge Tvedten

³ De acordo com a enfermeira-c em que o lago está estagnado e as pessoas continuam a usá-lo para tomar banho, bem como para beber.

não estão realmente certas sobre o que fazer para evitar que a cólera ataque novamente.

Por último, as eleições nacionais no final de 2014 levantaram a incerteza e a suspeita em Meluluca, porque as pessoas se queixam de não serem devidamente informadas sobre o resultado das eleições ao nível nacional, provincial, distrital e comunitário. Combinado com as notícias sobre a luta entre o governo/Frelimo e a Renamo no centro do país, isto conduziu a ansiedades e conversas sobre a possibilidade de nova guerra (Meluluca foi muito afectada pela guerra interna até 1992, ver Orgut 2011 b). Meluluca é vista como um baluarte da Renamo e a oposição tornou-se crescentemente aberta quanto à sua presença. Uma implicação da ‘politização’ das comunidades de Meluluca parece ser a falta de vontade de separar as intervenções de desenvolvimento feitas pelo governo, da política. No caso da aldeia de Nchepa (ver o Mapa 2) – que é um reduto da oposição – isso conduziu a que os líderes locais se recusassem a aceitar o envolvimento do governo com o argumento de que tinha motivos ocultos.

A tensão política em Meluluca destacou-se na celebração do Dia da Paz, durante o nosso trabalho de campo. Com o anúncio da presença do Administrador Distrital do Lago, do Secretário Permanente e de outros dignitários da Administração Distrital central, o Chefe do Posto fez grandes esforços para organizar um evento que reunisse muitas pessoas e que pudesse ser usado para apresentar às autoridades do governo as preocupações de Meluluca. No dia do evento, porém, apareceram muito poucas pessoas da comunidade, com excepção daquelas que foram obrigadas a comparecer – incluindo as autoridades tradicionais e os secretários de bairro, um grupo cultural de dança da comunidade de Lussefe e cerca de 200 crianças das escolas (da 1ª à 7ª classe). A ausência foi no geral interpretada como uma mensagem para o partido no governo. Como se verificou, o bem orquestrado (e por vezes belo) evento incluiu discursos dos representantes do governo/estado, orações pelo *Chehe* local e actuações culturais – mas também discursos dos representantes locais da Frelimo e da Renamo – e apareceram algumas pessoas mais, à medida que o evento prosseguia.⁴

2.3 Condições Sócio-Económicas

Para terminar os nossos breves relatos da situação sócio-económica no Lago/Meluluca em 2014/2015 – e antes de passarmos para as expressões quantitativas das mudanças na pobreza e bem-estar e as relações sociais com o público e as instituições baseadas na comunidade – recapitularemos resumidamente as percepções das pessoas sobre a actual situação/principais desafios, comparado com a situação em 2011, tal como foram expressas nos exercícios do Diagrama de Venn e da Matriz de Problemas (ver o Capítulo 1 e Orgut 2011 f).

Diagrama de Venn. O exercício do Diagrama de Venn foi feito com um grupo de 5 homens e 6 mulheres, a quem se pediu que i) listassem as instituições mais importantes (organizações e indivíduos) da comunidade, ii) classificassem cada uma delas com três estrelas (muito importante), duas estrelas (importância média) ou uma estrela (menos importante) e iii) colocassem cada uma delas (na forma de pedaços de papel redondos com o nome das instituições em três tamanhos relacionados com a importância) num flipchart, com base na facilidade com que podem ser alcançadas. O mesmo exercício foi feito em

⁴O MDM não esteve representado, aparentemente porque “não têm um representante local”.

2011, possibilitando registar possíveis mudanças na importância atribuída a cada instituição entre 2011 e 2015. Os resultados do exercício são mostrados na Tabela 5.

Tabela 5: Diagrama de Venn

Instituição	Resumo da Discussão	(*) 2015	(*) 2011
Líderes tradicionais (Rainhas/régulos)	Sabe tudo o que se passa na comunidade; tem poder para tomar decisões; recebe os visitantes	***	***
Chefe do Posto Administrativo	Intermediário entre a comunidade e o governo; responsável pelas instituições públicas	***	***
Partidos Políticos	“Um país sem oposição [política] é um país sem importância” – mas o grupo estava dividido nesta questão	***	**
Secretário de Bairro	Apoia a rainha, toma parte em debates sobre questões da comunidade e é a ligação entre a rainha e o governo	**	**
Líderes religiosos (Chehes)	Coordena as questões religiosas, ensina a vida espiritual à comunidade e conduz as cerimónias fúnebres	**	**
‘Equipa Vida’ (Água/Saneamento)	Tem a importante tarefa de ensinar as pessoas a usar a água e a higiene	**	-
Coveiros	Tem a difícil função de enterrar os mortos no cemitério da comunidade	**	-
Líderes tradicionais (Ndunas)	São os pilares de apoio da rainha nas diferentes partes da sua área de responsabilidade	*	-
Grupos de Poupança Rotativa	Ajudam com empréstimos locais e escolas para as crianças (i.e. os fundos suplementares recolhidos pelos grupos)	*	-
Conselho Comunitário das Pescas	Contribui para uma pesca sustentável e proíbe o uso de redes mosquiteiras	*	-
Equipas de futebol de crianças	Trazem alegria às crianças da comunidade	*	-
OMM	O grupo de mulheres do partido, ajuda principalmente na organização de festejos como o 7 de Abril.	*	-

A mudança mais significativa desde 2011 é defensavelmente que os partidos políticos são vistos como tendo-se tornado mais importantes, a par dos níveis mais altos dos líderes tradicionais baseados na comunidade (*rainha*). No que respeita ao chefe do Posto Administrativo, as pessoas chegaram à conclusão de que ele é importante para ‘trazer desenvolvimento’ para a comunidade. Relativamente à importância atribuída aos partidos políticos, os membros do grupo local argumentaram que ‘o país e a comunidade precisam de uma oposição para serem democráticos’, mas isto reflecte também até que ponto as comunidades como Meluluca estão a ficar ‘politizadas’. A OMM por seu lado é vista como estando reduzida à organização de ‘eventos sociais’. A importância (embora limitada a uma estrela) de ‘grupos de interesse’ relacionados com a pesca enquanto principal fonte de rendimento, os grupos de poupança para investimentos de pequena escala e o futebol de

crianças dizem também qualquer coisa acerca da complexidade do panorama institucional, mesmo em pequenas aldeias como Meluluca.

Ao avaliar a acessibilidade destas instituições/indivíduos pela comunidade, os líderes tradicionais (*rainhas* e *ndunas* no presente caso) e os líderes religiosos (*chehes*) eram vistos como os mais fáceis de contactar. O seu denominador comum é que eles têm uma longa história, estão localizados dentro das comunidades e podem ser contactados facilmente. Acessíveis são também os chefes dos partidos políticos, os secretários de bairro e os representantes de diferentes grupos de interesse (água, poupanças, pesca, futebol), mas em menor escala porque os líderes das instituições exercem normalmente outras actividades que muitas vezes os tornam mais difíceis de abordar. Os representantes dos grupos de coveiros (que frequentemente também preparam as cerimónias) são menos acessíveis, aparentemente porque eles ‘arrastam os pés’ a fim de obterem a remuneração que dizem merecer por esse tipo de trabalho. O menos acessível parece, de longe, ser o Chefe do Posto Administrativo, argumentando o grupo que tem de o contactar indirectamente através do Chefe da Secretaria – e depois, muitas vezes, não ouvem mais nada.

Matriz de Problemas da Comunidade. Tomaram parte no exercício da “Matriz de Problemas” quatro mulheres e três homens. Foi-lhes primeiro solicitado que listassem os problemas mais importantes da comunidade. A seguir foi dado a cada participante [15] grãos

Ilustração 5: Matriz de Problemas da Comunidade

PRINCIPAIS PROBLEMAS	SERIEDADE DO PROBLEMA	PESSOAS AFECTADAS
FALTA DE LUZ	35	40
FALTA DE POÇOS / FONTEINÁRIA	28	28
NÃO HÁ + DE 7ª CLASSE	17	21
Nº DE ENFERMEIROS REDUZIDO	6	7
HOSPITAL PEQUENO	2	0
FALTA DE RESIDÊNCIA PARA O DIRECTOR DA ESCOLA (ZIP)	1	0
UM ESTADO DA RUA MELWUCA	13	9

Fotografia de: Nair Norhona

de milho e foi-lhes pedido para ‘votarem’ distribuindo os grãos de acordo com i) a seriedade do problema e ii) o número de pessoas afectadas pelo problema. Por iniciativa do próprio grupo, os votos eram dados individualmente, sem os outros membros do grupo verem. Embora o seu argumento fosse que não queriam que as pessoas se influenciassem umas às outras, isto diz também algo sobre a seriedade com que a ideia de ‘votar’ é tomada e o clima político na comunidade.

Os problemas listados e os votos para cada problema aparecem na Ilustração 5. Por ordem de importância (seriedade/pessoas afectadas), os problemas são:

- i) *Falta de electricidade/luz (35/40).* “Sem electricidade as pessoas não podem ter sistemas de som e de vídeo, que dão alegria à casa. Com electricidade as pessoas podem estar melhor informadas sobre as notícias do mundo através da televisão. Com um frigorífico pode-se guardar e vender produtos frescos como o peixe. Sem luz nas ruas elas tornam-se mais perigosas. Tanto os adultos como as crianças podem estudar à noite se houver energia eléctrica. Todo o desenvolvimento depende da energia eléctrica”.
- ii) *Falta de postos de água (28/28).* “[É um grande problema que] as pessoas na comunidade bebam água de poços abertos, e muitas adoecem. As pessoas usam o lago tanto para tomar banho como para beber – o que é perigoso e torna as pessoas doentes, particularmente no início da época das chuvas [quando há menos movimento da água]. A cólera pode voltar.”

- iii) *Falta de escolas acima da 7ª classe (17/21).* “A maioria das famílias em Meluluca não pode suportar o custo de enviar os seus filhos para Metangula para estudarem e pagar pela habitação, alimentação, uniformes e material escolar. Para concluir a 12ª classe, estes pagamentos prolongam-se por cinco anos. Se pudéssemos ter ao menos uma escola até à 10ª classe, muito mais crianças concluiriam a escola secundária”.
- iv) *As más condições da ponte sobre o Rio Meluluca (13/9).* “Toda a comunidade depende da estrada para Metangula como meio de comunicação. A ponte é perigosa [16 pessoas morreram no último ano] e as pessoas têm medo de a atravessar.”
- v) *Número insuficiente de pessoal de saúde/enfermeiras (6/7).* “Há um só enfermeiro, que tem de estar disponível 24 horas por dia, e muitas vezes está tão cansado que não pode atender os pacientes com bons modos. A parteira também trabalha bastante mas está cansada e as pessoas jovens não confiam [nela] e preferem ir às parteiras tradicionais.”
- vi) *Um hospital que é demasiado pequeno para as necessidades da comunidade (2/0).* “As pessoas não são atendidas e muitas vezes têm de esperar muito tempo e este é o único hospital desde Melamba até Timba.”
- vii) *Habitação inadequada para o Director da escola primária (1/0).* “Uma escola é alegre quando o director e os professores têm uma habitação condigna”.

3. EXPRESSÕES QUANTITATIVAS DAS MUDANÇAS ENTRE 2011 E 2015

Talvez que a expressão quantitativa mais notável dos desenvolvimentos em Meluluca, desde o início das Constatações da Realidade em 2011, seja o acentuado aumento da população. Os dados que nos foram fornecidos pelas autoridades locais em 2011 (tirados do Recenseamento de 2007) mostravam uma população total de 8.527 indivíduos, a qual subiu em 2015 para 17.715 pessoas a viver em 3.543 agregados familiares (ver o Mapa 2 e a Tabela 6).⁵ Os números representam um aumento anual da população da ordem dos 11,1% e, como pode ser visto na tabela, o aumento teve lugar em praticamente todas as aldeias que compõem Meluluca. Ao mesmo tempo, há um excesso de mulheres em todas as aldeias, com destaque para Milambe com 194 homens e 451 mulheres.

Durante toda esta série de Constatações da Realidade argumentámos que Meluluca passou por momentos muito positivos em termos sócio-económicos (embora não tenham atingido todas as faixas de população) e o que os números parecem mostrar é que as pessoas em áreas como o Niassa/Lago revelam um grande grau de mobilidade e procuram comunidades onde as oportunidades são vistas como as melhores. Isto implica normalmente áreas urbanas, mas áreas rurais como Meluluca também são vistas como especialmente tão importantes no que respeita a emprego e rendimento.

Tabela 6: Aumento da População em Meluluca de 2007 (2011) a 2015.

Vila/Aldeia	2007	2015			
		Homens	Mulheres	Total	
Meluluca	1.380	1.025	1.208	2.233	
Milambe	529	194	451	645	
Mucundi	420	682	691	1373	
Chilowa	1.183	148	156	304	
Milombe 2		83	77	160	
Malanglana		188	211	399	
Lussefa		316	474	790	
Luuno		187	163	187	350
Milongo		470	351	362	713
Timba	241	800	1.000	1.800	
Chinuni	480	700	900	1.600	
Luila		250	350	600	
Namazimba	333	250	300	550	
Mayango	280	220	180	400	
Ngolongue	331	260	288	548	
Maloo	259	250	350	600	
Nchepa	1.614	420	550	970	
Ngala		500	600	1.100	
Duela	395	497	498	995	
Ucungo	425	815	770	1585	
Total	8.527	8.165	9.550	17.715	

Fontes: INE 2009b; P.A. Meluluca 2015

⁵ A última contagem da população de Meluluca foi feita como parte de um exercício de planeamento de novos postos de água. Um novo recenseamento nacional da população só será feito em 2017.

Apresentamos abaixo dados quantitativos sócio-económicos importantes sobre os desenvolvimentos entre o Estudo de Base em 2011 e o Estudo Final em 2015.⁶ O estudo no Lago cobre um total de 120 agregados familiares (i.e. um terço da amostra total dos estudos de Constatação da Realidade, que incluem também Cuamba e Majune). A amostra foi seleccionada usando amostragem aleatória sistemática (Orgut2011 f) e levada a cabo em quatro das oito aldeias de Meluluca. Revisitando, após cinco anos, os agregados familiares seleccionados, conseguimos entrevistar 88,3% dos entrevistados em 2011. Dos 14 agregados familiares que não encontramos, 9 tinham-se mudado para outra aldeia e 5 tinham-se dissolvido. Estes agregados familiares foram substituídos pelo agregado familiar vizinho mais próximo.

A fim de ilustrar a análise quantitativa, faremos referências aos sete Agregados Familiares Focais que foram seleccionados em 2011 com base num exercício de Classificação da Prosperidade (Orgut 2011 a). Iniciaremos a análise com uma breve recapitulação da situação destes agregados familiares em 2011 e, à medida que formos avançando, referiremos o seu desenvolvimento no período entre 2011 e 2015. Para mais detalhes sobre as mudanças na sua situação, indicamos os relatórios de Constatação da Realidade desde 2014.

Tabela 7: Categorização Emic dos Níveis de Pobreza e Bem-Estar

Os Pobres	
Osowedwa	Pessoas que não têm dinheiro nem roupas. Não conseguem casar-se por falta de condições materiais e porque ninguém quer casar com elas.
Chilekwa	Homens e mulheres que são preguiçosos e que não ajudam em nada na comunidade.
Masikini	Homens e mulheres deficientes físicos ou mentais.
Okalamba	Homens e mulheres idosos que não têm apoio da sua família porque não têm alguém próximo para ajudar.
Os que estão em Melhor Situação	
Odjifunila	Pessoas que conseguem desenrascar-se na sua vida diária e que não dependem de outros.
Opata	Pessoas que dão emprego informal (<i>biscatos</i>) a outras pessoas, na agricultura, pesca e construção.
Olemela	Pessoas que têm carro, têm empresas, pagam salários fixos [mensais] aos seus trabalhadores, têm contas bancárias e vendem produtos provenientes do Malawi e da Tanzânia.

Fonte: 1ª Constatação da Realidade no Lago (ORGUT 2011c)

Família 1 (Osowedwa I). Em 2011 o agregado familiar vivia em Milombe, numa casa pequena com apenas um quarto. O casal tinha 6 filhos dos 2 meses aos 16 anos de idade.

⁶Num Relatório Final a publicar após a 5ª Constatação da Realidade, será feita uma análise completa das dinâmicas da pobreza e bem-estar usando dados qualitativos e também quantitativos.

Tinha duas *machambas* na área dependente da chuva, que mal produziam o suficiente para o seu consumo. Além disso, o marido fazia e reparava ferramentas agrícolas e portas – para as quais a procura era limitada e que rendiam pouco. Os filhos só iam à escola ‘às vezes’, com exceção do rapaz mais velho que recebeu ajuda para iniciar a 8ª classe em Metangula. O marido lamentava-se que a sua família sempre foi pobre e de não ter parentes. A única pessoa com quem contavam em tempos de crise era o tio da esposa, que vivia perto.

Família 2 (Osowedwa II). Em 2011 o agregado familiar consistia numa mãe solteira, um dos seus dois filhos e o filho de uma irmã mais velha que vivia permanentemente com ela. A sua filha mais velha tinha 15 anos de idade, tinha um filho e acabava de se mudar para casa de um homem do bairro. A casa tinha quatro quartos e um pátio cercado nas traseiras. Contudo, pertencia a um irmão mais novo que se tinha mudado recentemente para Metangula e a verdadeira casa da Osowedwa era uma pequena cabana com dois compartimentos no pátio. Nunca tinha ido à escola e os seus filhos deixaram de estudar na 3ª classe ‘porque não havia dinheiro’. Tinha uma pequena *machamba*, mas sobrevivia vendendo pequenos *bolinhos*, criando galinhas e patos e alugando a pequena cabana a pescadores sazonais.

Família 3 (Chilekwa). Em 2011 o agregado familiar vivia em Lussefa e consistia numa viúva idosa como chefe do agregado familiar, a sua filha com três crianças e a sua neta de aproximadamente 15 anos que tinha uma criança de 3 meses e um marido que ‘andava em viagem’. As três mulheres viviam separadamente em pequenas habitações, mas defendiam que pertenciam ao mesmo agregado familiar porque ‘comiam da mesma panela’. Tinham uma *machamba* que não produzia nada (‘não temos maridos que nos possam ajudar’), mal ganhando o seu sustento com o ganho-ganho – trabalhando nos campos dos vizinhos ou ajudando-os em pequenas tarefas contra pagamento em dinheiro ou em espécie.

Família 4 (Masikini). Em 2011, a ‘Masikini’ vivia sozinha com um rapaz de cerca de oito anos de idade, profundamente deficiente. A sua habitação de apenas um quarto estava quase a desfazer-se. Tinha cinco filhos, estando os outros quatro casados e a viver algures em Meluluca. A sua sorte mudara em 2009, quando o seu marido faleceu e ela perdeu a sua principal fonte de apoio. Mudou-se para perto do filho mais velho do seu irmão mais velho – que ela percebeu ser o único que a podia ajudar, dado que os seus próprios filhos “são todos pobres”. A sua principal fonte de rendimento eram algumas galinhas e fazia algumas esteiras quando conseguia obter material.

Família 5 (Okalamba). Em 2011 o agregado familiar consistia numa senhora idosa que afirmava ser viúva⁷, vivia numa habitação de um quarto e tinha uma pequena *machamba* que era a sua principal fonte de subsistência e rendimento. O terreno ficava longe e, como era idosa, não tinha força para trabalhar muito. Para além dela, tinha também a responsabilidade *de facto* por vários netos. Os seus quatro filhos eram todos pobres e no geral estavam na mesma situação dela. Às vezes, recebia uma pequena ajuda do filho mais velho do seu irmão mais velho, que vivia em Metangula.

Família 6 (Odjifunila). Em 2011 o chefe do agregado familiar tinha 46 anos, vivia em Nchepa/Ngala e tinha duas esposas e um total de 15 filhos. Vivia com a sua primeira mulher

⁷Soubemos mais tarde que ela tinha acabado de ser deixada pelo seu marido, que a trocou por uma esposa mais nova, mas que a senhora estava demasiado perturbada/embaraçada para o dizer.

num recinto com duas habitações e mais uma em construção. A sua segunda esposa tinha um modo de vida similar. O Odjifunila afirmava ter crescido em más condições, entre Meluluca e o Malawi. Ao voltar para Meluluca trabalhou duramente nas suas *machambas* e acabou por ser capaz de começar a vender peixe (e casar com a segunda esposa). O seu negócio viu um impulso em 2008 quando recebeu financiamento do Fundo de Desenvolvimento Distrital. Em 2010 a sua primeira mulher envolveu-se também na comercialização de peixe – novamente com um empréstimo do sistema dos 7 milhões de Mt. O Odjifunila manda todos os seus filhos à escola, estando o mais velho a frequentar a universidade.

Família 7 (Opata). Durante as duas guerras o ‘Opata’ partia para o Malawi a intervalos longos e regulares. Ao regressar em 1995, começou a produzir tabaco que lhe deu rendimento suficiente para iniciar outros pequenos negócios. Um deles era a venda de peixe seco e o outro *capulanas* – em ambos os casos usando os seus contactos no Malawi. O negócio correu bem e

Ilustração 6: *Passatempo*



Fotografia de: Inge Tvedten

o Opata conseguiu investir numa barraca, barcos maiores e gado. Em 2011 tinha um total de cinco barcos, mais de 30 cabeças de gado e 15 cabras. O seu sucesso económico teve também implicações sociais: alargou a sua família e tinha duas esposas e 14 filhos entre os 23 anos e um mês de idade.

3.1 Composição do Agregado Familiar

O agregado familiar é a unidade básica social e económica no Lago/Meluluca. O tamanho, composição e flexibilidade dos agregados familiares são importantes para o seu bem-estar e mobilidade social. 85% dos agregados familiares em Meluluca são chefiados por homens (89,2% em 2011) e 15% são chefiados por mulheres (10,8% em 2011). A maioria das uniões conjugais (65,8%) baseia-se em cerimónias tradicionais ou religiosas, mas a proporção a ‘viver juntos’ sem serem casados é também relativamente alta (18,3%). As razões do aumento, entre 2011 e 2015, dos agregados familiares chefiados por mulheres são maridos que faleceram e separações/divórcios. Apenas 5,8% dos agregados familiares são chefiados por ‘mães solteiras’. Ser uma mãe solteira é ainda socialmente estigmatizado e difícil. Dos três agregados familiares chefiados por mulheres entre as Famílias Focais identificadas em 2011 (*Osowedwa II*, *Chilekwa* e *Masikini*), nenhuma tinha casado até ao final de 2015.

Olhando para o tamanho dos agregados familiares (ver a Tabela 8), o núcleo é composto por um marido, uma mulher e os seus filhos – mas 29,9% dos agregados familiares incluem também outros parentes, como netos, sobrinhos, sobrinhas e enteados/órfãos. 23,4% dos agregados familiares têm também membros que normalmente não vivem debaixo do mesmo tecto mas que comem da mesma panela – muitas vezes crianças em escolas noutros

lugares. O tamanho médio dos agregados familiares em Meluluca aumentou de 5,5% para 6,9% entre 2011 e 2015, variando entre 1 e 33 membros. Muito disto é devido a um aumento da porção de agregados familiares com 11 membros ou mais, enquanto que a proporção de pequenos agregados familiares com quatro membros ou menos diminuiu. Além do natural crescimento, isto revela uma flexibilidade na composição do agregado familiar quer pela perda/tomada de novos membros, quer pelo casamento (39,6% de todos os homens casados tinham em 2015 mais do que uma esposa, ver abaixo).

Tabela 8: Número de Membros do Agregado Familiar 2011-2015 (Percentagem)

MEMBROS DO AGREGADO FAMILIAR	2011			2015		
	AFCH	AFCM	TOTAL	AFCH	AFCM	TOTAL
1	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,8
2 - 4	38,3	53,8	40,0	24,5	38,9	26,7
5 - 6	28,0	38,5	29,2	26,5	22,2	25,8
7 - 10	30,8	7,7	28,3	40,2	33,3	39,2
11 - 15	2,8	0,0	2,5	4,9	5,6	5,0
16 ou mais	0,0	0,0	0,0	2,9	0,0	2,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015*

Esta divisão/fusão do agregado familiar em termos de tamanho e composição pode ser exemplificada pelo Agregado Familiar Focal *Osowedwa II* (ver acima). Quando encontramos o agregado familiar em 2011 consistia numa mãe solteira pobre, dois dos seus filhos e uma sobrinha. No decurso dos cinco anos subsequentes, uma filha casou, teve um filho e saiu de casa e a sobrinha voltou para a sua mãe – deixando a chefe do agregado familiar e a sua filha mais nova. Todavia, em 2015 a filha tinha-se divorciado e voltado com o seu filho para casa da mãe e a sobrinha decidiu voltar novamente para casa da tia. Para a chefe do agregado familiar isto implicou mais mãos activas – mas também em mais bocas para alimentar. Por outro lado o agregado familiar em melhor situação, *Opata*, cresceu de 17 para 33 membros durante o mesmo período. De uma situação com duas esposas e 14 crianças, o chefe do agregado familiar tem agora quatro esposas e 22 crianças. As esposas e as suas crianças vivem em diferentes locais do Lago/Meluluca e o chefe do agregado familiar fica a intervalos regulares com cada uma delas, de acordo com a tradição e a religião.

3.2 Características Sócio-Culturais, de Educação e Saúde

97,5% dos agregados familiares em Meluluca são Muçulmanos, ao mesmo tempo que 89,2% praticam cultos ancestrais – revelando a importância da tradição e da religião nas comunidades. Ambos os números são sensivelmente os mesmos em 2011 e em 2015. A língua local, Nyanja, é falada em casa por 95,8% dos agregados familiares, 68,1% dos chefes dos agregados familiares falam Português – mas apenas 21,8% das esposas/chefes femininas de agregados familiares falam Português. O Nyanja é tão amplamente falado na província do Niassa, no Distrito do Lago e no vizinho Malawi que as implicações práticas de não falar Português não são significativas. A implicação mais importante de não falar Português em casa está provavelmente relacionada com a educação das crianças, dado que a língua usada no ensino é o Português.

O nível de educação entre os chefes de agregados familiares é ainda relativamente baixo, com 15% sem nenhuma educação em 2015 (21,7% em 2011) e 53,3% tendo apenas cinco anos ou menos de escolaridade (60% em 2011). Na maioria dos casos isto implicará analfabetismo funcional, o que significa que as pessoas podem ser capazes de escrever o seu nome e ler requerimentos simples, mas são incapazes de ler textos mais longos, fazer requerimentos, ler contratos, etc. Entre os agregados familiares chefiados por mulheres, 61,1% não têm qualquer educação (abaixo dos 61,5% em 2011), enquanto os remanescentes 38,9% têm a 5ª classe ou menos – o que significa que nenhuma mulher chefe de agregado familiar tem instrução para além do 1º grau do ensino primário.

Por outro lado, há tendências positivas entre 2011 e 2015 em termos do nível mais alto de instrução alcançado nos agregados familiares como um todo (ver a Tabela 9). Há uma proporção decrescente de agregados familiares com membros sem educação ou com educação até à 5ª classe e uma proporção crescente com membros com educação secundária. Os agregados familiares chefiados por mulheres fazem também parte destes desenvolvimentos positivos, incluindo membros do agregado familiar com educação secundária. A proporção de agregados familiares que têm crianças em idade escolar que não andam na escola é estável entre 2011 e 2015 (31,3%). Há mais rapazes (24,5%) do que raparigas (16,2%) afastados da escola. A razão mais comum dada é que ‘as crianças não querem ir à escola’ – mas muitas das crianças que ficam em casa trabalham em tarefas caseiras ou na agricultura/pesca.

Tabela 9: Nível mais Alto de Educação no Agregado Familiar 2011-2015 (Percentagem)

NÍVEL DE EDUCAÇÃO	2011			2015		
	AFCH	AFCM	TOTAL	AFCH	AFCM	TOTAL
Nenhum	16,8	61,5	21,7	6,9	61,1	15,0
Alfabetização básica	1,9	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0
Primária EP1 (1ª à 5ª)	62,6	38,5	60,0	55,9	38,9	53,3
Primária EP2 (6ª à 7ª)	12,1	0,0	10,8	12,7	0,0	10,8
Secundária (8ª à 10ª)	5,6	0,0	5,0	15,7	0,0	13,3
Secundária (11ª à 12ª)	0,9	0,0	0,8	7,8	0,0	6,7
Formação profissional básica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Formação profissional média	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Universidade	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015

Não havendo ensino secundário em Meluluca, é preciso que os pais façam um considerável investimento para mandarem os seus filhos para Metangula ou Lichinga. Isto quer dizer que as avaliações das opções de educação de nível mais alto ainda diferem entre os agregados familiares pobres e os que estão em melhor situação. Entre os Agregados Familiares Focais, o chefe do *Odjifunila* mandou todos os seus filhos para a escola, continuando para o nível secundário e mesmo universitário quando atingiram a idade. O agregado familiar *Osowedwa 1* também vê o valor da educação e fez todos os esforços em 2011 para enviar o seu filho mais velho para a escola secundária em Metangula, mas não conseguiu mantê-lo

lá. Em 2015 tinham perdido em geral a fé na educação como um meio de sair da pobreza e só um dos seus seis filhos ia à escola.

A situação de saúde continua a ser precária no Lago/Meluluca, sem mudanças significativas entre 2011 e 2015. Embora tenhamos visto que o acesso e qualidade do Posto de Saúde de Meluluca melhorou, os membros dos agregados familiares ainda adoecem a intervalos muito frequentes (ver a Tabela 10). As doenças mais comuns são a malária/febre, tosse e diarreia, estando a dor de dentes a aumentar provavelmente por causa do melhor acesso ao açúcar e doces. 21% dos agregados familiares têm pelo menos um membro que faleceu antes de completar cinco anos. Isto reflecte em parte o trabalho limitado feito com medidas preventivas de saúde, incluindo o risco de viver na pobreza e o uso limitado de redes mosquiteiras para prevenir a malária, que é a maior ‘assassina’.

Entre os Agregados Familiares Focais, o *Osowedwa II* e o *Masikini* têm membros com deficiências que afectam seriamente as suas opções de mobilidade social. No primeiro, o chefe do agregado familiar tem uma deficiência física que, por exemplo, lhe torna difícil deixar a habitação para ir à *machamba*, e no último um filho deficiente torna muito difícil que a sua mãe exerça qualquer espécie de actividades geradoras de rendimento. Para os agregados familiares com posses, como o *Odjifunila* e o *Opata*, os hospitais no Malawi têm ajudado membros doentes a ficarem bem – mas só usando as suas redes sociais alargadas e depois de grandes investimentos de dinheiro e tempo.

Tabela 10: Agregados Familiares com Membros Doentes no Mês Passado, Discriminados por Doença 2011-2015 (Percentagem)

DOENÇA	2011	2012
Malária	73,3	75,0
Tosse	72,5	75,8
Diarreia	36,7	35,0
Acidente	0,8	0,0
Dor de dentes	5,0	18,3
Dor de cabeça	0,0	0,0
Dor nas pernas	0,8	0,0
Outras	6,7	5,0

Fonte: Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015

3.3 Rendimento e Despesa

49,2% de todos os chefes de agregados familiares consideram a agricultura como a sua ocupação principal, sem alteração entre 2011 e 2015 (ver a Tabela 11). Entre os agregados familiares chefiados por mulheres esta proporção aumenta para 88,9%. Os produtos agrícolas mais comuns ainda são a mandioca (produzida por 99,2% dos agregados familiares), o milho (98,3%), a batata doce (79%) e o arroz (60,5%). Houve um aumento, de 25,8% para 30,8%, da parcela de agregados familiares chefiados por homens que consideram a pesca como a sua principal ocupação. 60% dos agregados familiares também praticam a pesca – dos quais 94,4% vendem toda ou parte da sua pescaria. Isto mostra a importância da pesca como fonte de rendimento, bem como ‘amortecedor’ nos períodos de fraca produção agrícola. Nenhuma chefe de agregado familiar tem esta opção, devido a uma combinação de constrangimentos culturais e ao investimento inicial necessário.

Tabela 11: Ocupação do Chefe do Agregado Familiar 2011-2015 (Percentagem)

OCUPAÇÃO	2011			2015		
	AFCH	AFCM	TOTAL	AFCH	AFCM	TOTAL
Emprego no sector público	0,9	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0
Emprego no sector privado	0,9	0,0	0,8	1,0	0,0	0,8
Agricultor	43,9	92,3	49,2	42,2	88,9	49,2
Pescador	29,0	0,0	25,8	36,3	0,0	30,8
Empregado por conta própria, com empregados	6,5	0,0	5,8	3,9	0,0	3,3
Empregado por conta própria, sem empregados	16,8	0,0	15,0	14,7	5,6	13,3
Emprego ocasional/ sazonal	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,8
Reformado	0,9	0,0	0,8	1,0	5,6	1,7
Desempregado	0,9	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0
Empregado doméstico	0,0	7,7	0,8	0,0	0,0	0,0
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015

Olhando para os rendimentos dos agregados familiares, houve um ligeiro aumento da proporção de agregados familiares que vendem parte da sua produção agrícola – de 43% em 2011 para 49% em 2015. De resto, o rendimento proveniente da agricultura permanece relativamente estável. 44,2% e 42,4% dos que efectuaram vendas, venderam produtos por menos de 1.000 Mt, depois das épocas agrícolas de 2011 e 2015 respectivamente. 15,3% e 3,4% venderam por mais de 5.000 Mt, sendo a percentagem de 2015 (mais baixa) o resultado das condições agrícolas excepcionalmente fracas com chuvas excessivas.

Tabela 12: Rendimento Mensal de Outras Fontes Que Não a Agricultura, 2011-2015 (Percentagem)

RENDIMENTO	2011			2015		
	AFCH	AFCM	TOTAL	AFCH	AFCM	TOTAL
Menos de 50	23,4	23,1	23,3	1,1	16,7	3,0
50 – 500	14,0	69,2	20,0	5,7	25,0	8,0
501 – 1,000	18,7	0,0	16,7	11,4	16,7	12,0
1.001 – 1.500	6,5	7,7	6,7	5,7	0,0	5,0
1.501 – 2.000	8,4	0,0	7,5	6,8	0,0	6,0
2.001 – 5.000	12,1	0,0	10,8	26,1	33,3	27,0
5.001 – 10.000	10,3	0,0	9,2	18,2	8,3	17,0
10.001 – 15.000	1,9	0,0	1,7	6,8	0,0	6,0
15.001 – 20.000	1,9	0,0	1,7	5,7	0,0	5,0
20.001 ou mais	2,8	0,0	2,5	12,5	0,0	11,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015

A parcela de agregados familiares com rendimentos de outras fontes que não a agricultura aumentou de 72% em 2011 para 77,5% em 2015 – com respectivamente 74,8% e 83,3% para os agregados familiares chefiados por homens e 46,2% e 38,9% para os agregados familiares chefiados por mulheres. Isto envolve cerca de 30 fontes de rendimento diferentes, incluindo a pesca, actividades artesanais, lojas e barracas, carpintaria, pedreiro, alfaiataria, trabalho ocasional e medicina tradicional. A proporção de agregados familiares que ganham mensalmente 2.000 Mt ou menos com actividades económicas não agrícolas decresceu, e a proporção dos que ganham mensalmente mais de 20.000 Mt aumentou (ver a Tabela 12). Os agregados familiares chefiados por mulheres ainda ganham menos do que os chefiados

por homens, mas também para os primeiros há uma tendência ascendente. Na pesca, os patrões de barcos ganham até 12.000 Mt por mês, enquanto os membros de uma tripulação normal ganham geralmente à volta de 3.000 Mt.

Além disso, alguns agregados familiares dependem do apoio externo da família alargada, vizinhos e amigos. O número de agregados familiares que recebem este tipo de apoio desceu realmente de 30% para 16,7% entre 2011 e 2015; para os agregados familiares chefiados por mulheres os números equivalentes são 53,8% e 44,4%. Ao mesmo tempo a proporção de agregados familiares que ajudam outros aumentou de 33,3% em 2011 para 43,3% em 2015 (0% e 11,1% nos agregados familiares chefiados por mulheres). Esta é outra indicação ainda da melhoria das condições sócio-económicas nas comunidades de Meluluca, mas mais uma vez os agregados familiares chefiados por mulheres estão a ficar para trás em termos de trocas económicas.

A *Osowedwa II* é um exemplo de agregado familiar onde a pobreza por si própria refreou as opções de obtenção de rendimento. Quando a encontramos pela primeira vez em 2011 a chefe do agregado familiar tinha uma pequena *machamba*, fazia pãezinhos e durante a época alta alugava a pescadores uma pequena habitação no pátio das traseiras. A sua fraca saúde forçou-a a abandonar a sua *machamba*, a venda de pãezinhos foi tão fraca nos últimos dois anos que não foi capaz de comprar a farinha necessária para os fazer e, como a sua habitação ruiu em 2013, ela teve de se mudar para a pequena casa no pátio das traseiras e perdeu a renda que os pescadores lhe pagavam. Em 2015 dependia totalmente da ajuda dos vizinhos. O *Odjifunila*, por sua vez, conseguiu com a ajuda de trabalho assalariado combinar a extensa produção agrícola gerida pelas suas duas esposas com actividades crescentes no comércio de peixe – o que tornou possível investir num barco de pesca e na educação dos seus filhos.

Tabela 13: Posse de Bens 2011-2015 (Percentagem)

BEM	2011			2015		
	AFCH	AFCM	TOTAL	AFCH	AFCM	TOTAL
Rádio	74,8	7,7	67,5	56,9	22,2	51,7
Televisão	37,4	0,0	33,3	66,7	33,3	61,7
Cama	91,6	69,2	89,2	87,3	55,6	82,5
Cobertor	95,3	100,0	95,8	100,0	77,8	96,7
Bicicleta	36,4	23,1	35,0	32,4	5,6	28,3
Motocicleta	2,8	0,0	2,5	8,8	5,6	8,3
Bomba de água	2,8	0,0	2,5	2,0	0,0	1,7
Pratos e chávenas	99,1	92,3	98,3	94,1	83,3	92,5
Total	100,0	100,0	100,00	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015*

O aumento geral de bens é também outra indicação de um desenvolvimento positivo em termos materiais/económicos (ver a Tabela 13). Talvez que o número mais indicativo seja o aumento da posse de telemóveis, que passou de 7,9% em 2011 para 61,7% em 2015. Comprar e usar um telemóvel requer dinheiro e o telemóvel tornou-se importante para manter relações familiares e para rendimento – por exemplo para a pessoa se manter informada sobre falecimentos e funerais de membros da família alargada e mudanças nos preços do peixe em vários mercados. Outros bens básicos permanecem relativamente constantes, como os rádios (51,7%), camas (82,5%) e cadeiras (60%) – enquanto bens ‘luxuosos’ como TVs (5%), aparelhos de DVD (6,7%), frigoríficos (1,7%), máquinas de

semear (2,5%) e motocicletas (8,3%) são ainda raros em Meluluca – em parte devido à continuação da falta de electricidade e à ainda limitada distribuição de painéis solares.

Ao mesmo tempo, a proporção de agregados familiares que, no ano anterior à entrevista, não tiveram a experiência de só terem uma refeição diária em qualquer mês, passou de 70% para 74,2%, o que significa que a fome se tornou menos generalizada (ver a Tabela 14). No entanto, a proporção de agregados familiares que passou por essa experiência durante seis meses ou mais também aumentou de 0% para 9,2%, indicando – mais uma vez – que nem todos os agregados familiares em Meluluca tomam parte no desenvolvimento sócio-económico positivo que se verificou. Os agregados familiares chefiados por mulheres estão sobre-representados nesta última categoria.

Tabela 14: Número de Meses no Ano Passado com Apenas Uma Refeição Diária 2011-2015 (Percentagem)

MESES	2011			2015		
	AFCH	AFCM	TOTAL	AFCH	AFCM	TOTAL
0	53,8	72,9	70,8	76,5	61,1	74,2
1-2	38,5	26,2	27,5	14,7	11,1	14,2
3-5	7,7	0,9	1,7	1,0	5,6	1,7
6 ou mais	0,0	0,0	0,0	7,8	16,7	9,2
Não sabe	0,0	0,0	0,0	0,0	5,6	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015

Houve também um aumento da proporção de agregados familiares com despesas em géneros alimentícios básicos e artigos de conveniência e do montante dispendido no dia antes da entrevista em 2011 e 2015 (ver a Tabela 15). Por outro lado, na semana anterior à entrevista houve mais agregados familiares em 2015 do que em 2011 a só consumirem papa, arroz e vegetais locais, sem peixe nem carne (i.e. *cari*), o que pode ser explicado pela previsão de tempos difíceis feita pelas pessoas a seguir à destruição das culturas pelas chuvas excessivas no princípio de 2015 (ver a Tabela 16).

Tabela 15: Despesa Média Diária com Géneros Alimentícios Básicos antes das Entrevistas 2011-2015 (Mt)

PRODUTO	2011		2015	
	Sem Despesa (%)	Despesa (Mt)	Sem despesa (%)	Despesa (Mt)
Produtos alimentares	45,8	166,86	12,5	65,52
Produtos de limpeza	90,0	70,00	43,3	17,43
Vestuário	100,0	0,0	96,7	226,25
Material escolar	100,0	0,0	100,0	0,0
Água	98,3	33,33	90,8	27,45
Electricidade/energia solar	100,0	0,0	94,2	26,14
Consultas de saúde	99,2	21,67	95,0	18,33
Transporte	100,0	0,0	97,5	95,00
Comunicação	95,8	51,67	71,7	20,00
Outras despesas	100,0	0,0	98,3	90,00
Total	n.a.	343,53	n.a.	586,131

Fonte: Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015

Tabela 16: Consumo de Géneros Alimentícios Seleccionados na Semana Antes da Entrevista 2011-2015 (Percentagem)

GÉNERO ALIMENTÍCIO	2011			2015		
	AFCH	AFCM	TOTAL	AFCH	AFCM	TOTAL
Carne	20,6	0	18,3	6,9	0	5,8
Frango	31,8	23,1	30,8	2,9	0	2,5
Peixe	100	92,3	99,2	91,2	77,8	89,2
Ovos	29,9	7,7	27,5	5,9	5,6	5,8

Fonte: Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015

As implicações das disparidades na produção/rendimento/bens são dramáticas para os agregados familiares individuais em causa. O agregado familiar *Osowedwa I* consiste em oito membros e está efectivamente encurralado na pobreza crónica. Têm muito pouco com que começar, nunca conseguem produzir e ganhar mais do que o que necessitam para o seu consumo diário e quase não têm bens. O pai e a mãe trabalham duramente nas suas duas *machambas* – ficando muitas vezes fora de casa durante dias – mas os terrenos estão mal localizados e rendem pouco. O marido gasta praticamente todo o seu tempo livre fazendo trabalho artesanal, como portas e utensílios agrícolas, mas as pessoas pagam muito pouco por produtos locais deste tipo. Os membros do agregado familiar estão também frequentemente doentes, mas não têm recursos para ir ao centro de saúde e recorrem normalmente a *curandeiros*. A sua pobreza deixa também marcas nas crianças. De facto desistiram de ir à escola e apenas um dos cinco filhos em idade escolar a frequenta. O rapaz mais velho trabalha como ajudante mal pago num barco de pesca e recentemente foi rudemente lembrado da sua posição: Apresentou-se aos pais de uma namorada, os quais recusaram que a sua filha o visse porque “ele vinha de uma família muito pobre e dependia de outros [*ganho-ganho*] para viver”.

O agregado familiar *Opata* encontra-se na outra ponta da escala entre as Famílias Focais. O chefe do agregado familiar voltou do Malawi em 1995 e investiu na produção de café, que cresceu e se diversificou, abrangendo agora a agricultura, barcos de pesca, gado e várias lojas – a última das quais vende utensílios eléctricos e outros em Metangula e faz diariamente entre 20.000 e 30.000 Meticais. Realizou também o seu objectivo a longo prazo de comprar um camião (no Japão, via internet) a fim de entrar no negócio dos transportes. O seu sucesso transformou-se numa grande e família viável com cinco esposas, 22 filhos e seis netos. Isto trouxe-lhe prestígio e influência na comunidade e usa deliberadamente a sua grande família para organizar e gerir os seus muitos negócios. O agregado familiar *Opata* também enfrenta desafios em termos de saúde, educação, etc., mas a sua grande rede social e prosperidade torna-lhe possível lidar com eles, e.g. indo ao Malawi ou a Lichinga.

3.4 Migração e Dinâmicas da Família

Meluluca é uma comunidade relativamente isolada, tendo a construção de uma estrada melhorado desde 2008 as opções de contactos externos (ver o Mapa 2). Estar em contacto com a capital do distrito, Metangula, e a capital provincial, Lichinga, é importante para a economia, bem como por razões sociais, e serviços essenciais como educação superior e hospitais só se encontram disponíveis fora de Meluluca.

O Estudo Final mostra que, embora as pessoas viagem consideravelmente, fizeram-no com mais frequência em 2011 do que em 2015 – com respectivamente 54,2% e 38,3% de

membros de agregados familiares que saem de Meluluca pelo menos uma vez por semana (ver a Tabela 17). Uma razão para a reduzida frequência de viagens está provavelmente no facto de mais bens poderem ser comprados em Meluluca. Dos que viajam, a maioria das pessoas vai para outros locais no Distrito do Lago (75,4% em 2011 e 82,4% em 2015), enquanto que as viagens para locais na província do Niassa fora do Lago (principalmente Lichinga) decresceram de 20,3% para 13,4% – também aqui muito provavelmente porque mais produtos podem ser comprados localmente no distrito. As pessoas que dizem que o Malawi é o destino mais comum têm-se mantido à volta dos 3%, o que pode estar relacionado com os custos crescentes de viajar no (novo) barco que toca ambas as margens do Lago Niassa.

A importância de migrar/viajar não se reduz apenas aos aspectos práticos de visitar a família, comprar mercadorias e consultar os organismos públicos, mas é também importante para experimentar novos contextos e obter novas ideias. Falando com um grupo de pessoas fora da habitação dos *Osowedwa 2*, um homem idoso disse que praticamente toda a gente na vizinhança é família e que seria melhor se mais pessoas partissem, para que pudessem “ganhar experiência e aprender mais e não continuar aqui na pobreza”. “Nós somos prisioneiros da tradição” - acrescentou. O *Oyata*, pelo seu lado, baseou o seu sucesso nas viagens e na procura de novas ideias. Viveu no Malawi durante vários anos, onde diz ter aprendido sobre agricultura e compreendido o valor de ter gado (muito raro no Lago/Meluluca), e obtém no Malawi e Tanzânia praticamente todos os produtos que vende nas suas lojas em Meluluca e Metangula.

Tabela 17: Frequência das Viagens para Fora da Comunidade (Percentagem)

PERÍODO	2011			2015		
	AFCH	AFCM	TOTAL	AFCH	AFCM	TOTAL
Pelo menos uma vez por semana	57,0	30,8	54,2	40,2	27,8	38,3
Menos do que uma vez por semana, mas mais do que uma vez por mês	32,7	38,5	33,3	48,0	33,3	45,8
Menos do que uma vez por mês, mas mais do que uma vez por ano	5,6	0,0	5,0	7,8	27,8	10,8
Menos do que uma vez por ano	3,7	23,1	5,8	3,9	5,6	4,2
Nunca	0,9	7,7	1,7	0,0	5,6	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015*

Olhando para as dinâmicas do agregado familiar/relações intra-agregado familiar, não há indicações de quaisquer mudanças profundas entre 2011 e 2015. As mulheres e as raparigas mantêm ainda no geral os seus papéis tradicionais de cuidadoras da casa (limpar a casa, varrer o pátio, cozinhar, ir buscar água e arranjar lenha), tanto quando fazem parte de uma união conjugal como quando são chefes de agregados familiares. E a maioria das tarefas agrícolas (limpar a terra, semear, capinar, colher e afugentar os animais) é feita em conjunto pelo casal, ou pela mulher da casa (ver a Tabela 18). A pesca é ainda da responsabilidade dos homens, embora as mulheres tomem parte no processamento e comercialização do peixe. A nossa análise qualitativa confirma também que os homens

tendem a manter a sua posição de chefes do agregado familiar sendo os primeiros em termos de vestuário, alimentação, despesas gerais, etc. – mas são também ainda responsáveis pelo aprovisionamento do agregado familiar.

Tabela 18: *Divisões do Trabalho e das Responsabilidades Intra-Agregado Familiar 2011-2015 (Porcentagem)*

MEMBRO DO AGREGADO FAMILIAR	Responsabilidade pela Limpeza da Casa		Responsabilidade por Capinar	
	2011	2015	2011	2015
Chefe do Agregado Familiar	7,5	13,3	9,2	9,2
Esposa do Chefe do AF	76,7	60,0	1,7	11,7
Chefe do AF e Esposa	0,8	4,2	67,5	56,7
Raparigas/mulheres	14,2	21,7	0,0	0,8
Rapazes/homens	0,8	0,0	0,0	0,0
Todas as crianças	0,0	0,8	0,0	0,0
Todos	0,0	0,0	20,0	20,0
Outro	0,0	0,0	1,7	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015*

Olhando para os Agregados Familiares Focais, as mulheres que chefiam agregados familiares (*Osowedwa II, Chilekwa, Masikini*) executam todas as tarefas relevantes em cooperação com os filhos e os netos. Em Meluluca há exemplos de mulheres que cooperam em associações, mas entre os Agregados Familiares Focais mais pobres todas trabalham para terceiros em relações de *ganho-ganho*. Quando os agregados familiares se tornam instáveis (como o *Okalamba*) as mulheres desempenham muitas vezes um papel mais proactivo. Em 2011 a chefe do agregado familiar dizia ser viúva quando na verdade o seu marido a tinha trocado por uma esposa mais nova. Quando em 2015 o ex-marido voltou para ela porque a sua esposa mais nova o tinha deixado, a mulher estabeleceu os termos e afirmou que o verdadeiro chefe do agregado familiar era ela. Nos agregados familiares em melhor situação (*Odjifunila e Opata*), em que ambos os chefes são polígamos, as mulheres têm na verdade uma posição relativamente forte; gerem as suas próprias *machambas* ou as suas barracas com o apoio dos seus maridos, mas são relativamente independentes em termos da forma como usam os seus recursos dentro dos seus sub-agregados familiares.

3.5 Liderança Comunitária e Serviços Públicos

Um dos principais objectivos da série de Constatações da Realidade é determinar “as relações com o poder local e com as instituições do estado que possibilitam ou refreiam as pessoas na execução das suas estratégias” (Embaixada da Suécia 2010). O estudo de Base e o estudo Final confirmam que as autoridades tradicionais – principalmente mas não apenas o *régulo* ou a *rainha* – são consideradas a nível geral como muito importantes, embora registando uma redução de 41,6% para 33,4% (ver a Tabela 19). São seguidas pelos Chefes de Bairro, que vimos terem assumido algumas das funções dos líderes tradicionais e são eleitos/nomeados pelo Estado. O próprio representante local do Estado (Chefe do Posto Administrativo) viu uma pequena perda de importância, de 11,2% para 8,3%. A importância atribuída à polícia, que passou de 0% para 22,1%, reflecte o facto de a polícia só se ter estabelecido na comunidade um mês antes do nosso trabalho de campo.

Tabela 19: *Líderes Considerados Mais Importantes pela Comunidade, 2011 e 2015 (Porcentagem)**

LÍDER	2011	2015
Administrador Distrital	2,6	0,3
Chefe do Posto Administrativo	11,2	8,3
Rei/rainha tradicional	41,6	33,4
Chefe da aldeia	3,4	1,8
Secretário de bairro	32,6	21,8
Chefe de quarteirão	3,4	1,5
Polícia	0,0	22,1
Chehe	4,5	5,8
Curandeiro	0,0	0,6
Outros	0,7	4,3
Total	100,0	100,0

Fonte: *Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015*

* *Pediu-se às pessoas que listassem os três líderes mais importantes na sua comunidade.*

Há poucas dúvidas acerca da importância ainda atribuída aos líderes tradicionais em Meluluca, verificada também nos exercícios qualitativos referidos na Secção 2.3. As duas *rainhas* são velhas e têm problemas de saúde, mas exercem ainda os seus deveres através de parentes próximos ou dos secretários do bairro. Por exemplo, uma das *rainhas* interveio a favor do agregado familiar *Osowedwa I* e lembrou aos pescadores em melhor situação o seu dever de Muçulmanos de ajudar os pobres às Sextas Feiras. A limitada importância atribuída ao Chefe do Posto é mais difícil de explicar e pode reflectir as maiores expectativas de intervenções de desenvolvimento por parte do Estado. Conforme mostrado em Constatações da Realidade anteriores, o impacto do novo *Chefe* é realmente considerável. Por exemplo, os agregados familiares *Odjifunila* e *Opata* receberam ambos dinheiro proveniente do Fundo de Desenvolvimento Distrital para desenvolvimento dos seus negócios, e ambos beneficiaram das intervenções para assegurar uma melhor infraestrutura.

Relativamente às instituições públicas/comunitárias, muitas delas são usada mais frequentemente em 2015 do que em 2011 (ver a Tabela 20). À pergunta “Você ou qualquer outro membro do seu agregado familiar usou os seguintes serviços públicos nos últimos seis meses?”, o posto de saúde e a escola primária destacaram-se como tendo as taxas de frequência mais altas, tendo o primeiro registado o maior aumento. Em ambos os casos, as razões parecem ser uma combinação de melhor qualidade/acessibilidade das instituições e da necessidade dos seus serviços. Outras instituições com aumento da frequência/uso são as paragens dos transportes públicos (reflectindo o forte aumento do número de miniautocarros em Meluluca) e as escolas secundárias (apesar de só estarem disponíveis na capital do distrito, Metangula). O aumento do uso do mercado semi-formal para comercializar produtos agrícolas reflecte também o aumento do número de agregados familiares que vendem produtos agrícolas (ver acima) como a melhor qualidade do mercado. A instituição com a maior queda de frequência é a *madrassa* ou escola Muçulmana. Isto não reflecte uma diminuição da obediência à fé Muçulmana, a qual parece mais forte do que nunca, mas pode reflectir uma crescente satisfação e uso das escolas primárias públicas.

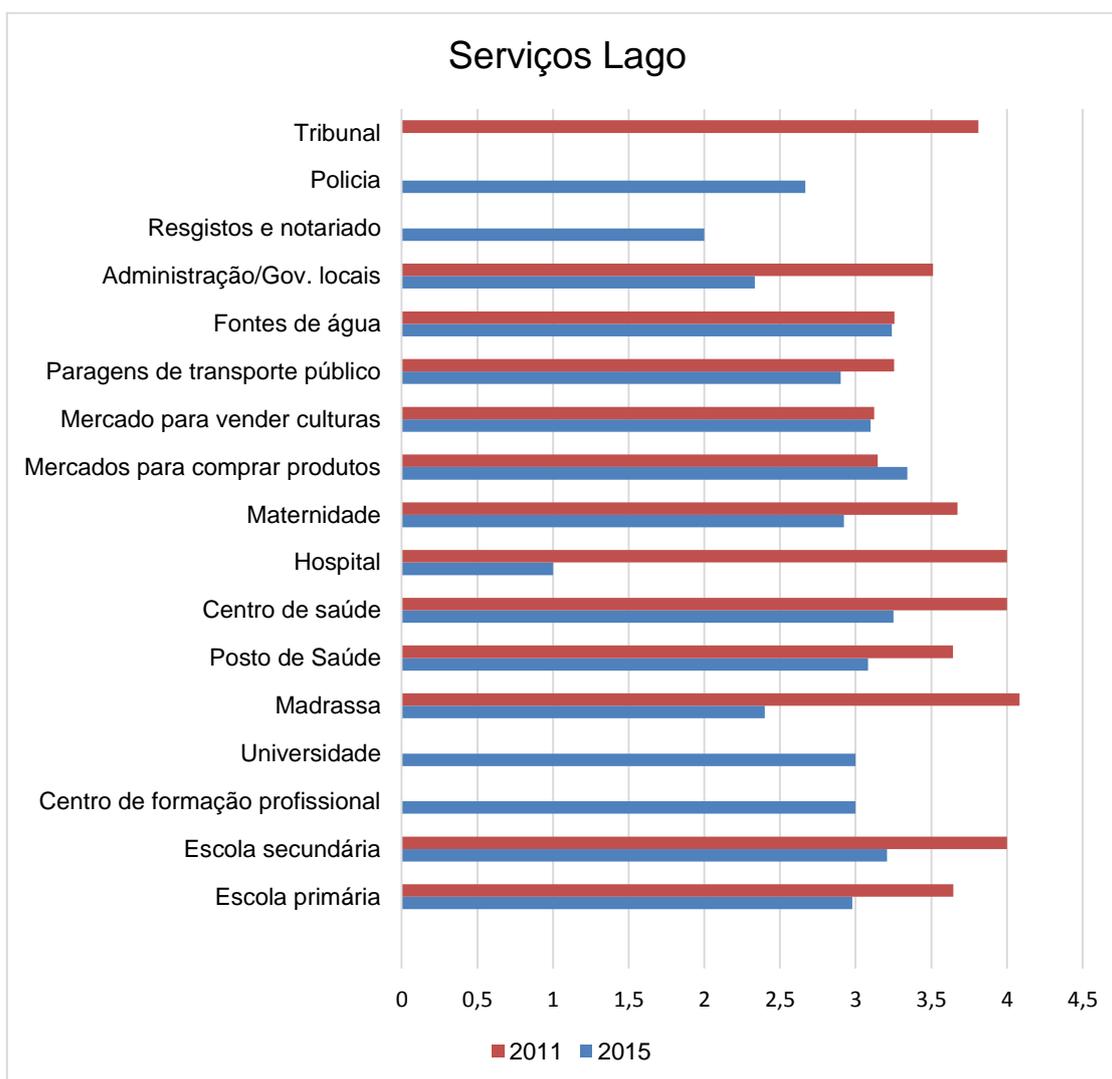
Tabela 20: *Agregados Familiares que Usaram os Serviços Públicos nos Últimos Seis Meses (Porcentagem)*

SERVIÇO PÚBLICO	2011	2012
Escola primária	66,7	75,8
Escola secundária	5,0	24,2
Centro de Formação Profissional	0,0	1,7
Universidade	0,0	1,7
Madrassa	29,2	4,2
Posto de saúde	46,7	81,7
Centro de saúde	1,7	3,3
Hospital	0,8	1,7
Enfermaria de maternidade	12,5	10,8
Mercado – para comprar produtos	95,0	95,0
Mercado – para vender produtos	25,0	41,7
Paragens dos transportes públicos	58,3	85,8
Fontes de água	67,5	65,8
Administração / governo local	7,5	7,5
Registo civil e Notariado	0,0	2,5
Polícia	0,0	2,5
Tribunal	5,0	0,0

Fonte: *Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015*

Por último, quando se chega à percepção da qualidade das instituições públicas, há uma curiosa diminuição dos níveis de satisfação entre 2011 e 2015 – o que, mais uma vez, pode reflectir que os entrevistados têm maiores expectativas uma vez instaladas as instituições e em funcionamento. Perguntou-se às pessoas “Numa escala de 1 a 5 – em que 1 significa muito mau e 5 muito bom – como é que classificaria [...]”. (ver a Tabela 21). De um modo geral, relativamente poucas pessoas exprimiram atitudes muito negativas (pontuação 1-2) e muitas afirmaram estar medianamente ou relativamente satisfeitas (pontuação 3-4). No entanto, isto pode também reflectir a situação da entrevista em si, onde as opiniões individuais são transcritas numa folha de papel de tal forma que ninguém compreende as implicações. Em qualquer caso, as instituições públicas com a avaliação mais positiva em 2011 foram as escolas Muçulmanas (*madrassas*), escolas secundárias e hospitais (todas elas implicando relativamente poucas pessoas) e em 2015 foram o (novo) mercado local, os pontos de água e as escolas secundárias. As instituições com a avaliação menos positiva em 2011 foram o mercado (ainda muito informal), os pontos de água (ainda principalmente poços) e as paragens dos transportes públicos (ainda praticamente não existentes), e em 2015 foram as *madrassas* (conforme visto na tabela anterior, passaram subitamente a ser menos usadas, o que pode também implicar menor qualidade ou acessibilidade), o hospital (isto pode estar relacionado com o facto de muitas das vítimas da cólera, discutida acima, ali terem morrido), e o governo local/posto administrativo.

Tabela 21: Satisfação com os Serviços Públicos 2011-2015 (Percentagem)



Fonte: Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015 * Pontuação média

Os Agregados Familiares Focais também diferem no seu acesso às instituições do estado e a outras instituições. Visto ‘a partir da base’, o acesso às instituições públicas é principalmente uma questão de conhecimento, relações sociais e dinheiro. Isto é talvez mais evidente no acesso ao imprescindível Fundo de Desenvolvimento Distrital, onde mostrámos que os agregados familiares mais pobres nem compreendem nem conseguem relacionar-se com o processo de candidatura – ou pagar subornos quando isso fosse necessário. Ambos os agregados em melhor situação (*Odjifunila* e *Opata*) tiveram acesso a esses fundos pelo menos duas vezes.

Também outras instituições com um limiar mais baixo tendem efectivamente a fazer a separação entre os pobres e os que estão em melhor situação, e entre homens e mulheres. Nas escolas e unidades sanitárias têm de ser pagas taxas e outras despesas e vimos como os agregados familiares mais pobres (*Osowedwa I e II*, *Chilekwa*, *Masikini*, *Okalamba*) dependem efectivamente das instituições locais, enquanto os agregados familiares que estão em melhor situação mandam as suas crianças para fora, para uma educação de nível mais alto, e os membros doentes do agregado familiar para tratamento no Malawi.

Algumas instituições, como o governo distrital e local, o notário e o tribunal, requerem também uma competência cultural que muitos dos agregados familiares mais pobres não possuem. Isto não é apenas uma questão de ser capaz de entender, e às vezes ler, Português – mas também de saber como abordar e comportar-se com os funcionários públicos nas sedes distrital e provincial. Os membros dos Agregados Familiares Focais mais pobres só muito raramente saem de Meluluca, alguns inibidos pelos custos do transporte. Um dos agregados familiares em melhor situação (*Opata*) desdobrou o agregado familiar numa unidade rural e outra urbana e tem acesso às instituições do governo em Metangula e em Lichinga.

As instituições/serviços mais ‘democráticos’ em termos de acesso são os mercados e os poços. São gratuitos, só dependem de as pessoas terem algo para vender e da vizinhança do ponto de água. Estas instituições/serviços são principalmente frequentados por mulheres (ver a Ilustração). Enquanto em 2011 era difícil ver mulheres no espaço público, agora são muito visíveis tanto como *comerciantes* de produtos agrícolas como clientes nos mercados. E as mulheres – com alguns homens – juntam-se à volta dos postos de água não apenas para recolherem água mas também para socializar.

Esta imagem geral de acesso diferenciado a instituições do estado e a outras instituições, pelos pobres e pelos que estão em melhor situação, é em parte contrabalançada pelas relações sociais de parentesco. A família alargada ainda desempenha um papel crucial em tempos de vulnerabilidade e choques externos. Durante os últimos cinco anos, os *Osoweda II* e *Chilekwe*, bem como os *Okalamba*, beneficiaram todos do apoio de familiares (normalmente um tio materno ou o irmão mais velho) para ir ao hospital, mandar os seus filhos para a escola, requerer o divórcio ou comprar géneros alimentícios básicos em tempos de particular dificuldade. O sinal mais claro de destituição dos *Osowedwa I* e *Masikini* é a sua marginalização social das instituições, bem como dos familiares.

Ilustração 7: Bomba de Água Nova, Meluluca



Fotografia de: Inge Tvedten

No que respeita aos agregados familiares em melhor situação, estão frequentemente sob a pressão considerável dos familiares para que partilhem parte da sua prosperidade e os ajudem a estabelecer relações com as instituições relevantes. O chefe do agregado familiar *Opata* estava, nos finais de 2015, em vias de se mudar para Metangula para fugir de alguma desta pressão da família, vizinhos e amigos. Ao mesmo tempo, se os que estão em melhor situação não se relacionarem com a família alargada, vizinhos e amigos podem pôr em perigo a sua posição na comunidade, bem como a sua posição económica.

3.6 Desafios da Comunidade

Embora o Lago/Meluluca tenha conhecido desenvolvimentos sócio-económicos positivos no período de 2011 a 2015, continua a ser uma comunidade pobre com vários desafios muitos

dos quais relacionados com a infra-estrutura pública. Como se vê pela Tabela 22, a falta de electricidade foi evidenciada tanto no Estudo de Base de 2011 como no Estudo Final de 2015. Estritamente falando, esta não é uma ‘necessidade básica’ das comunidades rurais como Meluluca, mas a falta de electricidade tem assumido a conotação simbólica de que Meluluca ainda não foi incluída nos ‘modernos’ desenvolvimentos nacionais (“*Cahora Bassa é Nossa!*”). O segundo problema principal – a falta de saneamento apropriado – reflecte um problema muito real, com fortes implicações tanto em termos de saúde como de percepções de dignidade. Não há grandes diferenças na importância relativa dos problemas entre agregados familiares chefiados por homens e por mulheres. A ênfase limitada dada ao emprego e ao rendimento, os quais teriam possibilitado remediar vários dos outros problemas listados, está provavelmente relacionada com a noção de que o emprego está ‘fora de alcance’ em Meluluca (na amostragem de 120 agregados familiares, apenas um tinha emprego formal).

Tabela 22: Principais Problemas na Comunidade 2011-2015 (Percentagem)

PROBLEMA DA COMUNIDADE	2011		2015			
	AFCH	AFC M	TOTAL	AFCH	AFCM	TOTAL
Falta de emprego	0,9	7,7	1,7	4,9	5,6	5,0
Roubo/assaltos	0,9	0,0	0,8	1,0	0,0	0,8
Conflitos de terra	0,0	0,0	0,0	3,9	5,6	4,2
Conflitos de água	0,9	0,0	0,8	5,9	0,0	5,0
Falta de energia eléctrica	49,5	30,8	47,5	31,4	22,2	30,0
Falta de unidades sanitárias	19,6	30,8	20,8	23,5	33,3	25,0
Falta de água potável	12,1	7,7	11,7	6,9	11,1	7,5
Estradas	4,7	7,7	5,0	10,8	16,7	11,7
Outros	11,2	15,4	11,7	11,8	5,6	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015

3.7 Percepções de Mudança

As questões relacionadas com a avaliação das pessoas sobre a direcção da mudança nas suas famílias ou comunidades ao longo do tempo, são informativas – mas também problemáticas. Mudança ‘positiva’ e ‘negativa’ são conceitos relativos, e há uma tendência de focar as mudanças recentes em vez de se relacionar com a situação – no caso presente – cinco anos mais cedo. Todavia, há em Meluluca um sentimento geral de mudança positiva ou de não ter havido mudança no bem-estar do agregado familiar, conforme expresso na Tabela 23. Ou, posto de outra forma, muito poucos agregados familiares pensam que a sua situação está pior em 2015 do que em 2011. Contudo, os dados indicam que os agregados familiares chefiados por homens vêem mais desenvolvimentos positivos do que os chefiados por mulheres, com 63,7% dos primeiros a pensarem que as coisas melhoraram, enquanto 66,7% dos últimos acreditam que não houve realmente qualquer mudança.

Tabela 23: *Mudanças no Bem-Estar do Agregado Familiar entre 2011 e 2015*

DIRECÇÃO DA MUDANÇA	2011			2015		
	AFCH	AFCM	TOTAL	AFCH	AFCM	TOTAL
Melhorou	59,8	7,7	54,2	63,7	27,8	58,3
Ainda na mesma	39,3	92,3	45,0	33,3	66,7	38,3
Ficou pior	0,9	0,0	0,8	2,9	5,6	3,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015*

No Estudo Final de 2015 foi posta uma questão similar relacionada com a comunidade em geral (ver a Tabela 24). Mais uma vez, a avaliação dos desenvolvimentos nos últimos cinco anos é geralmente positiva – também aqui, ligeiramente mais entre os agregados familiares chefiados por homens do que entre os chefiados por mulheres. Mostrámos ao longo desta série de Constatações da Realidade que há razões abundantes para se ser positivo acerca dos desenvolvimentos em Meluluca – mas também que este desenvolvimento foi seguido de crescentes desigualdades, não sendo os agregados familiares mais pobres capazes de ‘fisgar’ os desenvolvimentos que estão a ocorrer.

Tabela 24: *Mudanças no Bem-Estar da Comunidade entre 2011 e 2015*

DIRECÇÃO DA MUDANÇA	2015		
	AFCH	AFCM	TOTAL
Melhorado	74,5	72,2	74,2
Ainda na mesma	23,5	27,8	24,2
Ficou pior	2,0	0,0	1,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015*

Em termos de futuras expectativas/desejos de melhorias para o agregado familiar, a importância atribuída à habitação destacou-se tanto em 2015 como em 2011 (ver a Tabela 25). A habitação constitui basicamente uma responsabilidade do agregado familiar/individual e, como temos visto, há muita construção em curso no Lago/Meluluca. São também atribuídas expectativas elevadas ao emprego, melhoria da produção agrícola, bens materiais e saúde, dependendo todos de uma combinação de intervenções do governo/doadores e iniciativas privadas/do agregado familiar. As expectativas atribuídas à educação são um pouco mais baixas, o que – mais uma vez – pode estar relacionado com a perda de fé das pessoas na educação como forma de sair da pobreza.

Tabela 25: *Área Preferida de Melhoramento no Agregado Familiar para os Próximos Cinco Anos*

ÁREA PREFERIDA DE MELHORAMENTO	2011			2015		
	AFCH	AFCM	TOTAL	AFCH	AFCM	TOTAL
Emprego	8,4	7,7	8,3	12,7	5,6	11,7
Educação	3,7	0,0	3,3	7,8	16,7	9,2
Saúde	0,9	0,0	0,8	13,7	11,1	13,3
Produção agrícola	3,7	0,0	3,3	15,7	11,1	15,0
Habitação	43,0	61,5	45,0	32,4	33,3	32,5
Bens materiais	9,3	7,7	9,2	14,7	22,2	15,8
Outras	30,8	23,1	30,0	2,9	0,0	2,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Estudos de Constatação da Realidade em Moçambique 2011-2015*

Quando inquiridos sobre expectativas e planos futuros, os chefes dos agregados familiares pobres *Osowedwa*, *Chilekwa* e *Masikini* sempre diziam que ‘não tinham planos’ ou que ‘Deus é que decide’. Entre os muito pobres há consequentemente uma ‘cultura da pobreza’, no sentido de que as pessoas não podem ver para lá do que é necessário comprar no próprio dia ou no dia seguinte. Para eles, a única forma de sair da pobreza é através de relações sociais externas com a família alargada e instituições públicas – das quais os muito pobres tendem a carecer. Por outro lado os agregados familiares que estão em melhor situação, como os *Odjifunila* e os *Opata*, tendem a ter recursos suficientes para planear e investir no futuro, por exemplo na forma de alargar as suas *machambas*, investir em *barracas*, mandar os seus filhos à escola, etc.

Para o futuro da comunidade em geral, os Agregados Familiares focais tendem a enfatizar a importância de aspectos tangíveis como estradas, electricidade, água, transportes/comunicações, escolas e educação. Todavia, o futuro de Meluluca dependerá principalmente de desenvolvimentos nos sectores económicos. A agricultura continuará a ser vital, mas precisa de ser tratada com mais eficácia através de tecnologias melhoradas e irrigação. A pesca desenvolveu-se rapidamente e é importante, mas necessita de tomar em consideração a sustentabilidade dos recursos piscícolas através da limitação das entidades de pesca e do uso de águas mais profundas. E a indústria/negócio/comércio devem pôr uma ênfase mais forte na criação de emprego e na diversidade, para que Meluluca continue a melhorar.

4. CONCLUSÕES

4.1 Mudanças na Pobreza e Bem-Estar entre 2011 e 2015

- A nossa pesquisa qualitativa mostrou que no período 2011-2015 houve desenvolvimentos positivos nas comunidades de Meluluca **em termos económicos/materiais** – os quais foram confirmados pelos estudos Inicial e Final.
- Isto é visível na área da infra-estrutura (estradas, pontes, redes de telemóveis, painéis solares, etc.), no número e qualidade das habitações e na crescente circulação espacial de pessoas e bens.
- Na produção primária, a pesca tornou-se crescentemente importante para o consumo, bem como para o rendimento, com mais e mais unidades de produção efectivas. Na agricultura não foram detectadas grandes mudanças e a produção é ainda feita com métodos muito rudimentares e limitada exploração do inerente potencial de irrigação.
- Os negócios e o comércio aumentaram com a maior circulação de dinheiro e um espectro muito mais variado de mercadorias – mas o baixo poder de compra local ainda impede a economia/empresas de escala.
- Os telemóveis e a electricidade/painéis solares também mudaram Meluluca, tendo os primeiros aberto caminho para novos contactos mais alargados e sendo os últimos importantes tanto em termos domésticos (socialização, estudar) como no espaço público (socialização, segurança), bem como um sinal de ‘modernidade’.
- Meluluca também mudou em termos do **contexto político e prestação de serviço público**. O Estado esteve mais presente e activo através do Fundo de Desenvolvimento Distrital, investimentos na infra-estrutura e um representante local capaz. Há mais abertura política – mas também mais conflitos – à volta de afiliações políticas e adesão partidária.
- Foi visível menos progresso nos serviços sociais básicos (saúde e educação), onde o melhor acesso não foi acompanhado por melhor qualidade, e a água continua a ser um problema muito importante, com apenas algumas fontes de água limpa/potável, o que tem repercussões significativas na saúde.
- A mudança que teve lugar nos últimos cinco anos trouxe também novos **desafios sócio-culturais**. As autoridades tradicionais e a ‘tradição’ têm menos influência entre os jovens; muitos jovens evitam a agricultura e têm frequentemente ideias irrealistas sobre opções alternativas de emprego e rendimento; e os jovens intoxicados e os ajuntamentos à volta dos desafios de futebol na única TV da aldeia são apenas dois dos vários sinais do impacto da ‘modernidade’.
- Ao nível dos agregados familiares individuais, o rendimento e o consumo cresceram mas também as assimetrias sócio-económicas. Houve melhores opções de investimentos e acumulação de capital, e alguns agregados familiares estavam em posição de explorar estas oportunidades, principalmente através da diversificação.
- Pelo seu lado, os agregados familiares muito pobres estão aprisionados na pobreza, com recursos económicos e relações sociais inadequados. Muito poucos agregados familiares mais pobres conseguiram melhorar a sua situação.
- As chefes de agregados familiares e as mães solteiras são ainda estigmatizadas e tendem a estar entre os mais pobres – embora haja exemplos de mulheres que criaram a sua própria base de rendimento e servem de modelos para outras.

LISTA DE LITERATURA

Documentos do Governo

- GdM (2003): *Lei nº. 8/2003 de 19 de Maio Estabelece o Quadro Legal dos Órgãos do Estado*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- GdM (2006). *Decreto nº 6/2006 de 12 de Abril Estabelece o Estatuto Orgânico do Governo Distrital*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique
- GdM (2011). *Poverty Reduction Action Plan (PARP) 2011-2014*. Maputo: Governo de Moçambique, Ministério do Planeamento e Cooperação.
- INE (2009a). *Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS) 2008*. Maputo, Moçambique: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2009b). *Recenseamento Geral da População e Habitação 2007*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística
- INE (2009c). *Trabalhos de Inquéritos Agrícolas (TIA)* Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2010). *Inquérito sobre o Orçamento Familiar 2008/09. Quadros Básicos*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2013). *Moçambique. Inquérito Demográfico e de Saúde*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2011). *Agenda Estatística 2011*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2015). *Inquérito aos Orçamentos Familiares 2014/15. Principais Resultados*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- MISAU (2012). *Moçambique. Inquérito Demográfico e de Saúde 2011*. Relatório Preliminar. Maputo: Ministério da Saúde.
- MPD (2010a). *Report on the Millennium Development Goals*. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
- MPD (2010b). *Poverty and Wellbeing in Mozambique: Third National Poverty Assessment* Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento (Direcção Nacional de Estudos e Análise Política).
- RdM (2010a). *Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana*. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento e outros.
- RdM (2010b). *Resolução nº 02/AM/2009 sobre o PESOM, Investimentos e Orçamentos do Conselho Municipal referente ao ano económico de 2009*. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento e outros.
- RdM (2013). *Final Assessment of the Government of Mozambique of the Performance of Programme Aid Partners (PAPs) in 2012*. Maputo: República de Moçambique.
- RdM (2015). *Programa Quinquenal do Governo 2015-2019*. Maputo: República de Moçambique.

Cooperação Sueca para o Desenvolvimento

- MFA, Suécia (2008). *Strategy for Development Cooperation with Mozambique 2008-2012*. Estocolmo: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- SADEV (2009). *Mainstreaming the Environment. Does Sida Conceptualize Poverty-Environment Linkages in Accordance with the Global Norm?* Estocolmo: Swedish International Development Authority.
- Sida (n.d.). *Sida's Support to Niassa Province*. Estocolmo: Swedish International Development Authority.

- Sida (2002). *Perspectives on Poverty*. Estocolmo: Swedish International Development Authority.
- Sida (2004). *Looking Back, Moving Forward. Sida Evaluation Manual*. Estocolmo: Swedish International Development Authority.
- Sida (2009). *Women's Economic Empowerment: Scope for Sida's Engagement*. Estocolmo: Swedish International Development Authority.
- Sida (2009). *Mid-Term Review of Sweden's Development Cooperation with Mozambique*. Estocolmo: Swedish International Development Authority.
- Sida (2009) *Civil Society Support Program – Annual Report - 2009*. Swedish Cooperation Center, Niassa.
- Sida (2010) *Civil Society Support Program – Midterm Report - 2010*. Swedish Cooperation Centre, Niassa.
- Embaixada da Suécia (2010). *Terms of Reference. Implementation of Reality Checks in the Niassa Province, Mozambique*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- Sida (2010). *Ett utvecklingsarbete i förändring. Sidas resultat och prioriteringar*. Estocolmo: Swedish International Development Authority.

Niassa

- Åkesson, Gunilla e V. Nhate (2005). *Rapid Poverty Assessment, Niassa, Mozambique. Is the Swedish Support to the Niassa Province on Track?* Maputo: Embaixada da Suécia.
- Åkesson, Gunilla e A. Nilsson (2006). *National Governance and Local Chieftancy. A multi-level power assessment of Mozambique from a Niassa perspective*. Maputo: Embaixada da Suécia e Sida.
- Åkesson, Gunilla, A. Calengo e C. Tanner (2008). *Study on Community Land Rights in Niassa Province, Mozambique*. Relatório 6/2009. Uppsala: SLU.
- AustralCowi (2009). *Socio-Economic Baseline Studies on Rural Electrification Projects in Niassa, Cabo Delgado, Nampula and Zambezia Provinces, Mozambique*. Maputo: EDM, República de Moçambique e Sida.
- Chipeta, Sanne, J.F. Olsen, G.F. Junior, M. Rucki (2010). *SCC-Vi Agroforestry Collaboration and Possible Expansion around Lake Nyasa-Niassa-Malawi. Feasibility Study*. Relatório Final. Copenhagen: Danish Agricultural Advisory Service.
- Concern (2012). *Estudo de Base. Conselho Municipal da Vila de Metangula*. Lichinga: Concern Universal.
- Fredrikson, Malin e A. Grimaldi (2010). *The Sustainable Development for Chikweti in the Forest Industry in Mozambique. How can improved management structure facilitate Chikweti's business performance?* Tese - MA. Mälardalen: Mälardalen University.
- Gatu, Karin e S. Rodman (2007). *A Green Revolution in Southern Niassa? A field study from a small [scale] farmer perspective about possibilities and obstacles for a Green Revolution*. Wäxjö: WäxjöUniversity.
- GdN (2005). *Estudo sobre o Desenvolvimento Sócio-Económico da Província do Niassa (1997-2005)*. Lichinga: Governo da Província do Niassa.
- GdN (2007). *Plano Estratégico Provincial 2007-2017. Niassa*. Lichinga: Governo da Província do Niassa.
- GdN (2011). *1º Seminário de Capacitação de Técnicos em Matéria de Licenciamento Simplificado*. Lichinga: Governo da Província do Niassa, Balcão de Atendimento Único.

- GdN (2012a). *Plano Económico e Social de 2013. Niassa*. Lichinga: Governo da Província do Niassa.
- GdN (2011b). *Balanço Anual do Plano Económico e Social 2012. Niassa*. Lichinga: Governo da Província do Niassa.
- GdN (2011c). *Relatório sobre a Situação Global das ONGs Estrangeiras na Província do Niassa e a sua Contribuição para o Desenvolvimento do País Referente ao Ano 2010*. Lichinga: Governo do Niassa.
- GdN/Lago (2012). *Plano Económico e Social 2013 do Distrito do Lago 2011*. Lago, 2012: Governo do Niassa.
- GdN/Lago (2010). *Plano Estratégico do Distrito do Lago 2010-2017*. Lago: Governo do Distrito do Lago.
- GdN/Lago (2013). *Plano Económico e Social 2014 do Distrito do Lago*. Lago: Governo do Niassa.
- GdN/Lago (2014). *Balanço Anual do PESOD 2013*. Lago: Governo do Distrito do Lago.
- GdN/Lago (2013). *Relatório Balanço da Campanha Agrícola 2011/2012*. Lago: Governo do Distrito do Lago.
- Ajuda Irlandesa (2010). *Relatório do Progresso Anual do PES 2009. Programa do Desenvolvimento Local do Niassa*. Lichinga: Ajuda Irlandesa.
- GdN/Lago (2015). *Informe por Ocasão da Visita de S. Exia. Sr. Arlindo da Costa Chilundo, Governador da Província ao Distrito do Lago*. Lago: Governo do Distrito do Lago.
- GdN/Lago (2015). *Plano Económico e Social 2015*. Lago: Governo do Distrito do Lago.
- GdN/Lago (2015). *Relatório Balanço Anual 2014*. Lago: Governo do Distrito do Lago.
- IIP (2013). *Relatório Anual 2012, Pesca de Pequena Escala na Província do Niassa*. Lago, Niassa: Instituto Nacional de Investigação Pesqueira.
- MAE (2005). *Perfil do Distrito do Lago 2005*. Maputo. Metier Consultoria & Desenvolvimento Lda.
- Medeiros, Eduardo da Conceição (1997). *História de Cabo Delgado e do Niassa (c. 1836-1920)*. Maputo: Cooperação Suíça.
- P.A. Meluluca (2011). *Breve Informe do Posto Administrativo de Meluluca*. Meluluca: Posto Administrativo de Meluluca.
- P.A. Meluluca (2013). *Relatório Anual de 2012*. Meluluca: Posto Administrativo de Meluluca.
- P.A. Meluluca (2014). *Relatório Trimestral do Posto Administrativo de Meluluca*. Meluluca: Posto Administrativo de Meluluca.
- P.A. Meluluca (2013). *Levantamento de Necessidades de Cada Povoado do Posto Administrativo de Meluluca por Vários Sectores e Áreas*. Meluluca: Posto Administrativo de Meluluca.
- P.A. Meluluca (2015). *Breve Informe do Posto Administrativo de Meluluca*. Meluluca: Posto Administrativo de Meluluca.
- PEM Consult (2011). *Estudo sobre a Gestão dos Conflitos de Terra Entre as Comunidades e Investidores nas Plantações Florestais da Província do Niassa*. Maputo: PEM Consult.
- ROADS (2010). *Plano Estratégico – 2010, Niassa, 2010*.
- SDAE (2013). *Relatório Anual da Campanha Agrícola 2011/2012*. Lago, Niassa.
- Tew, Mary (1950). *Peoples of the Nyasa Region*. Londres: International African Institute.
- Weigher, I.M.C. Padre Luís (1995). *Um olhar sobre o Niassa. Trocos históricos-etnológicos*. Maputo: Paulinas.
- WWF (2012). *Reserva Marinha com Carácter Parcial (não publicado)*. Lago, Niassa: World Wildlife Fund.

Publicações das Constatações da Realidade em Moçambique

- ORGUT (2011a). *Constatações da Realidade em Moçambique. Relatório Inicial*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2011b). *1ª Constatação da Realidade em Moçambique. Sub-relatório do Distrito do Lago*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2011c). *1ª Constatação da Realidade em Moçambique. Sub-relatório do Distrito de Majune*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2011d). *1ª Constatação da Realidade em Moçambique. Sub-relatório do Município de Cuamba*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2011e). *1ª Constatação da Realidade em Moçambique. Relatório Anual*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2011f). *Constatações da Realidade em Moçambique. Relatório sobre Abordagem e Metodologias*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2012a). *2ª Constatação da Realidade em Moçambique. Sub-relatório do Distrito do Lago*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2012b). *2ª Constatação da Realidade em Moçambique. Sub-relatório do Distrito de Majune*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2012c). *2ª Constatação da Realidade em Moçambique. Sub-relatório do Município de Cuamba*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2012d). *2ª Constatação da Realidade em Moçambique. Relatório Anual*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2013a). *3ª Constatação da Realidade em Moçambique. Sub-relatório do Distrito do Lago*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2013b). *3ª Constatação da Realidade em Moçambique. Sub-relatório do Distrito de Majune*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2013c). *3ª Constatação da Realidade em Moçambique. Sub-relatório do Município de Cuamba*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2013d). *3ª Constatação da Realidade em Moçambique. Relatório Anual*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2014a). *4ª Constatação da Realidade em Moçambique. Sub-relatório do Distrito do Lago*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2014b). *4ª Constatação da Realidade em Moçambique. Sub-relatório do Distrito de Majune*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2014c). *4ª Constatação da Realidade em Moçambique. Sub-relatório do Município de Cuamba*. Maputo: Embaixada da Suécia.
- ORGUT (2014d). *4ª Constatação da Realidade em Moçambique. Relatório Anual*. Maputo: Embaixada da Suécia.

Outros Documentos

- Addison, Tony, David Hulme e Ravi Kanbur (eds.) (2009). *Poverty Dynamics Interdisciplinary Perspectives*. Oxford: Imprensa Universitária de Oxford.
- Cunguara, Benedito e Joseph Hanlon (2010). *Poverty is Not being Reduced in Mozambique*. Crisis States Working Papers N° 2. Londres: London School of Economics.
- Huhn, Arianna (2013). *Sustenance and Sociability: Foodways in a Mozambican Town*. PhD Dissertation. Universidade de Boston, Graduate School of Arts and Sciences. Boston: Universidade de Boston.

- Newitt, Malyn (1995). *A History of Mozambique*. Indiana: Imprensa Universitária de Indiana.
- PAP (2013). *Final PAPs Assessment of the Government of Mozambique Performance in 2012*. Maputo: Program Aid Partners.
- UNAC (2011). *Os Senhores da Terra. Análise Preliminar do Fenómeno de Usurpação de Terras em Moçambique*. Maputo: União Nacional de Camponeses.
- UNICEF (2011). *Child Poverty and Disparities in Mozambique 2010*. Maputo: UNICEF.
- UNICEF (2014). *Situation Analysis of Children in Mozambique 2014*. Maputo: UNICEF.
- PNUD (2009). *2008 Mozambique Report on the Millennium Development Goals*. Maputo: PNUD.
- Van den Boom (2011). *Poverty Analysis in Mozambique. Desk Review for the G19*. Amesterdão e Maputo: Centre for World Food Studies e Embaixada da Holanda.
- Banco Mundial (2007). *Beating the Odds: Sustaining Inclusion in a Growing Economy. A Mozambique Poverty, Gender and Social Assessment*. Washington D.C: Banco Mundial.